



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2020

Ata n.º 37

Aos vinte e nove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e um de Janeiro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel Batista dos Santos;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 20-11-2019 e 2-12-2019;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento sobre a Taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis - Prédios Urbanos; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do Sistema de Controlo Interno;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Regulamento do Programa de Renda Convencionada do Município de Albufeira; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Projeto de Alterações do Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)", ao Programa Operacional do Algarve - CRESC Algarve 2020, no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), com um investimento total de 3.620.052,36€; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Requalificação da Avenida Sá Carneiro", ao Programa Operacional do Algarve - CRESC Algarve 2020, no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) com um investimento total de 4.683.548,87€; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Implementação de Sistemas



de Encaminhamento e Gestão de Veículos para Parques de Estacionamento”, ao Programa Operacional do Algarve - CRESCE Algarve 2020, no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16 - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) com um investimento total de 50.111,50€; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à abertura de Concurso Público internacional para a “concessão da rede de transportes urbanos de Albufeira (Rede Giro), com o preço base de 8.212.384,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo BE sobre “Instalação de bebedouros de água pública”. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Manuel da Conceição Oliveira (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - Miguel Coelho. -----

Faltas: João Silva, Helena Simões e José Sequeira. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Gago, Carlos Oliveira e Rui Bernardo.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. --
Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: “Estamos a iniciar os trabalhos em dois mil e vinte, aproveitar para desejar a quem não vi, um Bom Ano e desejar também a todos os



membros da Assembleia Municipal um bom ano de trabalho, que seja produtivo, mantendo sempre o espírito participativo e colaborativo e de respeito mútuo entre todos. Eu pedia e acho que devemos começar por aqui, pedia à Assembleia que tomasse em consideração antes de passarmos ao período antes da Ordem do Dia que começássemos logo pela Ordem do Dia pelo primeiro ponto e depois interrompêssemos e passássemos aos assuntos Antes da Ordem do Dia para o voto de pesar pelo falecimento de um antigo membro desta Assembleia Municipal, também antigo Comandante dos Bombeiros, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, JOSÉ MANUEL BATISTA DOS SANTOS. E antes de fazermos o voto de pesar se alguém quiser tomar a palavra também seria agora o ponto para o fazermos e depois faríamos então a votação e um minuto de silêncio em homenagem à sua pessoa". -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel Batista dos Santos;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Muito boa noite, boa noite senhor Presidente, caros Deputados, senhores membros do público. Naturalmente que o Partido Socialista e a bancada não poderia deixar de se associar a este voto de pesar e exatamente porque não queríamos fazer uma sobreposição relativamente ao voto que aqui está, que me parece mais do que abrangente. Gostaríamos de emitir exclusivamente realçar qualidades que o José Manuel Batista dos Santos revelou ao longo de toda a sua vida, não só a sua vida pessoal como em termos profissionais, quer como ativista político, quer como Presidente de Junta, como Presidente dos Bombeiros e como destacado membro desta comunidade. E portanto eu não queria, em nome do Partido Socialista e com certeza se calhar em nome da Assembleia Municipal deixar destacar e realçar, deixar esta nota que muito nos constrange ver uma pessoa que tanto deu a esta freguesia e a este concelho ter partido. Como diz do voto de pesar, ..."partiu fisicamente mas está entre nós"... e é nesse sentido que gostaria também de nos associarmos a este voto de pesar". -----

Adriano Ferrão: "Senhor Presidente, senhores Deputados Municipais, público, boa noite. Pois a bancada do PSD também quer deixar aqui uma curta mensagem de pesar



pelo falecimento do Senhor Comandante dos Bombeiros, Ex- Presidente da Junta de Freguesia, Membro desta Assembleia Municipal e que para além de todas as valias que teve no desempenho destas funções deixou uma cultura humanista que eu, minha pessoa pude constatar dentro do próprio corpo de Bombeiros. Foi um homem que instruiu ali uma cultura que ainda hoje permanece e por onde passou deixou precisamente esse rasto de humanismo e de vontade de ouvir o que os outros tinham para dizer. Era um homem que sabia ouvir, que é uma das raras qualidades que hoje se assiste, e por isso nós continuamos a sentir essa sua cultura em nós e claro que tudo faremos para a honrar e prolongar". -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos. Naturalmente não podia deixar de dizer aqui duas ou três palavras, na parte que me toca embora não o tivesse conhecido, já o conheci numa fase já mais adulta, claro, obviamente. Como Comandante dos Bombeiros não o conheci propriamente mas sei aquilo que o Adriano acabou de dizer, do legado que ele deixou naquela Corporação. Como Presidente da Junta de Freguesia e Membro da Assembleia Municipal foi onde eu o conheci melhor, realmente uma pessoa bastante ponderada, bastante sensata e nós na Câmara Municipal também votamos o voto de pesar, portanto daí esta minha admiração pelo homem e pela pessoa. Muito obrigado". -

Presidente da Assembleia lê o voto de pesar. (Doc. n.º1 anexo a esta ata)-----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Isabela Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Presidente da Assembleia: "Obviamente depois tomaremos também o envio deste voto de pesar em nome de toda a Assembleia Municipal à Família. Voltamos assim, ao Período Antes da Ordem do Dia".-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

António Nóbrega: "Boa noite a todos. Cá estou eu mais uma vez na casa da democracia e desta vez venho como representante do Conservatório de Albufeira, instituição que ajudei a fundar há muitos anos e que já teve uma proposta para criação de uma universidade em Albufeira com diversos cursos; Turismo, Gestão, Direito e salvo erro, um outro qualquer que agora não me vem à memória, portanto eram quatro licenciaturas e a universidade estava pronta. Era proposta por uma universidade privada que era a Lusíada e desde essa altura por razões que a razão desconhece nunca conseguimos implementar e porque é que tentamos fazer essa universidade. Nós tínhamos para eles, ser uma criação de estabelecimentos de ensino. Porque o conservatório também é uma instituição oficial, portanto tem paralelismo pedagógico e é coordenado também pelo Ministério da Educação. Essa proposta não chegou a ser concretizada e desde aí até agora já fizemos muitas outras propostas e desta feita para criação de um estabelecimento de ensino superior ligado às artes criativas e às artes séniores. Porque nós tínhamos experiência e tínhamos um corpo docente com capacidade para dar início a esse objetivo, que é um objetivo que não era nosso é um objetivo da cidade. Porque se formos a contabilizar tudo aquilo que os cidadãos de Albufeira gastaram, despenderam para que os seus filhos estudassem fora para tirar cursos de Direito, Gestão, Finanças e Turismo provavelmente teríamos poupado todos muito dinheiro que poderia ser aplicado noutras coisas e provavelmente os filhos de Albufeira que foram estudar para fora muitos deles acabaram por ficar fora de Albufeira, fora da cidade e fora do Algarve estariam cá a contribuir para o desenvolvimento de Albufeira. Essa proposta já foi feita aqui há uns tempos atrás, nunca tivemos resposta, temos tido alguns contatos e temos tentado concretizá-la porque é de facto um objetivo que a sucessivas forças políticas têm vindo a dar a ideia que de fato é um objetivo que devia ser implementado. Desta vez apresentamos aqui há uns tempos atrás uma nova proposta que também não tivemos resposta até agora mas eu penso que havemos de avançar por algum lado, para alguma solução. Porque nos foi inclusivamente mostrado um terreno pelo falecido Presidente Carlos Silva e Sousa e que seria implementada a sede do Conservatório em simultâneo a esse estabelecimento



de Ensino Superior. Portanto venho aqui lembrar e farei chegar a comunicação que me foi feita pelo Reitor da Universidade Lusíada onde essa proposta estaria feita. Nesta altura o Conservatório tem desenvolvido a sua atividade, já ensinou através do Ministério da Educação a milhares de crianças, jovens e idosos do Município de Albufeira e vamos continuar. Esta minha intervenção também é para vos convidar a estar presentes, já que não sei se haverá uma outra Assembleia Municipal antes. No dia treze de Fevereiro na Igreja Matriz, que tem um som fantástico, vamos realizar um encontro de coros em que vem um grupo coral de Chicago, dos Estados Unidos da América, o grupo é fantástico o nosso grupo coral também é muito bom e eu queria deixar aqui o convite para todos, os membros da Assembleia e não só, o público que está cá presente para participarem e darem o apoio ao Conservatório porque o Conservatório merece de facto apoio por parte de todos aqueles e de toda a sociedade. Haveria um outro tema que eu iria falar, sobre a Gestão Urbanística e sobre o Planeamento que é a arte de transformar a terra em ouro e é um dos principais motores de desenvolvimento da sociedade porque trata de tudo como já disse aqui nesta Assembleia e vou repetir as vezes que forem necessárias se me permitirem, que esta é a casa onde nós podemos falar e podemos trocar ideias e trazer ideias e trazer também algumas emoções quando for necessário. Portanto, no que respeita à questão do transformar terra em ouro, do Urbanismo e do Planeamento eu não vou falar agora vou guardar para outra oportunidade porque sei que há acontecimentos que vão suceder daqui a pouco tempo, portando na altura própria virei cá novamente trazer informações que serão úteis e que serão muito importantes para cada um dos membros da Assembleia e para Albufeira em geral mas também para cada um de nós. Muito obrigado".-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Senhores membros da Assembleia só antes de passar a palavra, há aqui um evento que nós este ano, a mesa decidiu colocar no Facebook que foi a Ata da primeira reunião da Assembleia Municipal. Nos anos vindouros tentaríamos fazer uma Assembleia comemorativa tanto quanto possível no mesmo dia e portanto deixamos já aqui também essa ideia para o próximo Janeiro fazermos uma Assembleia,



convidando os membros da Assembleia também passados que quisessem estar presentes e tomar da palavra nesse sentido. Porque como se disse aqui também no voto de pesar a história cada vez mais se faz com a identidade das pessoas que participam nos eventos. A Assembleia Municipal tentou fazer com a comemoração dos quarenta anos essa iluminação quanto aos membros da Assembleia Municipal. Iremos tentando depois a par com a colaboração de todos também tendo algumas atividades ao longo deste ano e depois vamos dando conhecimento". -----

Vera Belchior: " Boa noite a todos. Senhor Presidente, recentemente na Rua Vinte e Cinco de Abril nas Ferreiras foram realizadas podas nas árvores, só que o tipo de poda que foi realizada é chamada poda de rolagem que é uma poda mais agressiva que deixa praticamente apenas os troncos de maior diâmetro e em alguns casos só mesmo o tronco principal. Além de inestético também torna as árvores mais suscetíveis a pragas nem que seja temporariamente e limita a alimentação da própria árvore enquanto não se volta a desenvolver. Como tal, gostávamos de perceber qual foi a entidade que procedeu a esta poda. E porquê? E qual o motivo da poda mais agressiva, tendo em conta que geralmente é efetuada em situações específicas, como as árvores estarem doentes ou outros casos como as raízes estarem muito desenvolvidas. Tendo em conta que temos recebido algumas questões sobre este tema, gostaria de ver esclarecido. Obrigada".-----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente, são duas questões relativamente lineares e são pedidos de informação. Sabemos da situação que tem vindo a ocorrer relativamente à questão das comunicações prévias e que têm sido remetidas para o Ministério Público. Eu gostaria que o Senhor Presidente nos desse mais ou menos uma informação sobre como estão esses processos, se há alguma situação complexa e se eventualmente têm sido tomadas algumas medidas no sentido de evitar que no futuro estas situações aconteçam, tendo em consideração que naturalmente qualquer processo destes que avance para o Ministério Público é sempre desagradável para o concelho e para os investidores e portanto nesse sentido, às vezes uma triagem prévia poderá evitar realmente este tipo de questões. E era nesse sentido, sei que aqui há uns tempos falou-se num valor, num número, de cerca de cento e vinte, cento e trinta processos que estariam e portanto a todos nós interessaria de facto ver resolvida esta questão a bom termo. A segunda, pela informação que vou tendo e o Senhor Presidente confirmar-me-á, até há data tem havido algumas dificuldades já de algum tempo para



cá com os pagamentos via multibanco, via net, alguns serviços não sei se todos não têm pagamentos multibanco com net mas também já tive informação de que havia um processo a desenvolver-se, a desenrolar-se no sentido da existência de uma plataforma ou de um sistema para que isso possa acontecer, porque literalmente hoje em dia de facto quase nada se faz sem este tipo de plataformas e de serviços. E portanto para já eram estas duas questões que gostaria de colocar". -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos. A pedido de alguns moradores do Grupo da Semina, não sei se toda a gente sabe onde é o Grupo da Semina, é ali por detrás do hotel Alto da Colina. Eu desloquei-me lá e realmente encontrei que a estrada estava bastante esburacada, aliás várias zonas da estrada já não existe sequer alcatrão. Naquele Beco existem cerca de dezasseis moradias, algumas até de construção recente, todas as estradas envolventes àquele Beco de uma forma ou de outra estão a ser neste momento melhoradas, julgo que era oportuno também fazer esta intervenção neste Beco. Pedia, Senhor Presidente de lavasse isso em consideração".-----

Pedro Coelho: "Boa noite a todos, em primeiro lugar desejar um bom ano a todos nesta primeira intervenção. Os dois pontos que queria abordar, senhor Presidente, são dois pontos completamente distintos mas que porventura até se complementam. O primeiro referente à vigilância e à assistência a banhistas no concelho ao longo de todo o ano mas em particular na época baixa. E aqui esta questão não posso deixar de começar por enaltecer o comportamento de dois munícipes surfistas de Albufeira, João Xufre e Mauro Ferrão que prestaram socorro e auxílio a duas inglesas turistas que estavam em risco de afogamento. E este incidente veio trazer claramente a questão do usufruto das praias fora da época que tem crescido a sua procura, as temperaturas são cada vez mais elevadas durante o Inverno, o Outono e início de Primavera. As épocas turísticas, os picos estão-se a atenuar, estas épocas de transição estão a aumentar a afluência, o produto Sol/Litoral continua a ser um produto principal do destino Albufeira e a esta dinamização fora da época turística é algo que Albufeira deve procurar e está a procurar, como o destino Algarve está a procurar. Posto isto com o novo quadro de competências que temos a nível dos Municípios no âmbito da descentralização da gestão das praias marítimas, nomeadamente onde há uma competência a nível da assistência a banhistas, julgo que há novas condições reunidas para que em concertação com a Autoridade Marítima se crie um projeto-piloto em Albufeira, obviamente com a participação da Associação de Nadadores Salvadores



porque é uma entidade de reconhecido mérito e com competências na área quer reconhecidas legalmente para que haja algum controlo e alguma vigilância nestas épocas. E julgo com toda a seriedade começar a implementar, iniciar um protocolo com a Associação dos Nadadores Salvadores para que se inicie um projeto piloto nas praias mais vulneráveis com maior risco para que situações semelhantes possam ser evitadas. Por ventura poderão acontecer porque a agitação marítima não a controlamos e por vezes é violenta obviamente e essa situação se os turistas não tiveram cuidado pode acontecer mas pelo menos há uma vigilância redobrada e há um auxílio que pode ser prestado. Esta era a questão, deixava aqui esta proposta para o executivo ponderar efetivamente na rapidez de implementar uma medida este ano. No outro ponto gostaria de abordar a questão da Passagem de Ano, felicitá-lo pelo sucesso do evento que por ventura dos melhores eventos, ou o melhor dos últimos anos mas isto leva-me obrigatoriamente a uma reflexão, passadas as Assembleias onde foram aqui aprovados os procedimentos. Primeira questão prendesse exatamente com a necessidade prévia ao evento para que esta Assembleia e os municípios conheçam o valor do programa. O programa é elaborado é divulgado amplamente na Comunicação Social, julgo que conhecer o valor de todo o programa e em primeiro ponto era exatamente a necessidade de apresentação do valor do orçamento do programa em data prévia como por exemplo: quinze de Novembro. E o segundo ponto, que esta dimensão destes eventos julgo que já se justificáramos fazer porque é uma questão que se discute há já alguns anos é a relação de uma análise custo benefício mesmo que seja simplificada dos mesmos e aí para não dizer que temos que fazer sempre esta avaliação, por exemplo para investimentos superiores a quinhentos mil euros. E que deveriam depois desse estudo, o evento é feito e serve como referência para a organização do evento seguinte e deveria vir a esta Assembleia. E aqui dou como nota de rodapé que quinhentos mil euros é um valor significativo e os fundos comunitários por exemplo para obras de infraestruturas, valores superiores a um milhão de euros são sujeitos a análise custo benefício. Só para fazer aqui uma referência que esta questão não está assim muito deslocada da realidade atual principalmente quando estamos a trabalhar com fundos comunitários. E por fim, essa análise traduzir-se-ia na elaboração de um relatório de desempenho de impacto da Passagem de Ano onde incluir-se-ia a determinação da afluência, as principais ocorrências, os suportes de divulgação utilizados, se calhar com essa questão comunicacional, os custos, o impacto do



programa e todo esse relatório deveria vir à Assembleia para uma discussão e uma aprovação. Era estas recomendações que gostaria de deixar aqui nesta primeira intervenção".-----

Renato Pimenta: "Boa noite a todos. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se há data já prevista para realização do passeio entre a Estação de Camionagem e a Escola Básica e Secundária. Foi uma recomendação que foi aprovada com maioria aqui pela Assembleia. É uma recomendação, tem o valor que tem, mas se está agendada já o início da obra". -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente. É só, no fundo para completar o que disse aqui o colega de bancada, o Pedro Coelho quanto a estas questões. Esta situação relacionada com o auxílio eventualmente ou a prestação de algum serviço de vigilância é algo que se vai incrementar ao longo dos anos. Infelizmente com as razões de alterações climatéricas as temperaturas estão a subir e isso implica necessariamente que os meses em que teremos mais pessoas na praia vão ser cada vez maiores e o número de pessoas também cada vez maior. E portanto nesse contexto seria interessante e tendo em consideração que Albufeira é um destino de sol e praia, que de facto se tomassem as medidas necessárias para evitar questões que eventualmente possam trazer notícias menos boas e menos positivas ao nosso concelho. No que diz respeito à questão da Passagem de Ano e à questão do relatório ou da avaliação que eventualmente possa vir a ser feita, tem não só como objetivo perceber a questão do custo benefício mas também das medidas que podem ser implementadas no sentido de que esse custo benefício seja mais efetivo e mesmo envolver as várias partes que estão aqui em causa. Nomeadamente os donos dos restaurantes, hoteleiros, porque a verdade é que verifica-se que tem ocorrido de que à de facto um grande investimento e esse investimento não está em causa, eu queria deixar isso bem claro, porque naturalmente Albufeira tem que ter investimento, se é de facto uma zona turística tem que o ter e tem que fazer promoção e marketing. Mas seria realmente bom que tivéssemos a envolvência também dos atores nestas áreas, o que se verifica é que na grande maioria das situações as reclamações que as pessoas muitas vezes têm é que não há restaurantes, não há locais, não há zonas para nestas alturas de grandes festas de poder eventualmente até despender de algum dinheiro, eventualmente tomar algumas refeições. Esta seria a ideia, ou seja, a ideia seria com a análise perceber quais seriam as medidas a adotar em futuro próximo ou em futuras situações de passagens de ano



permitindo que o investimento fosse mais efetivo. Nesse sentido nós já tínhamos solicitado ao Senhor Presidente os valores, os valores são importantes de facto mas mais importante do que os montantes é perceber a forma como eles são despendidos e o objetivo a que se atendem, nesse sentido ou com intenção eventualmente de dirigir esse mesmo investimento para benefícios que possam ser benefícios mais abrangentes. A ideia é, não está aqui uma questão de controlar o custo pelo custo ou dizer que é barato ou que é caro mas também só podemos dizer se é barato ou é caro se efetivamente tivermos uma noção de qual a repercussão que esse mesmo investimento teve. E nesse sentido, era de facto esta proposta que deixávamos aqui para melhorar o investimento e fazer dirigi-lo de uma forma muito mais concreta e muito mais correta".-----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, bom ano. Eu queria também colocar duas questões distintas. A primeira tem a ver com aquele evento que ocorre pela altura do Natal aqui em frente à Câmara Municipal, que é o Snowland salvo erro e perguntar ao Senhor Presidente o porquê deste ano, eu como mãe cá vim com os meus filhos e o feedback também que tive com os meus amigos e familiares no sentido que ouve um enorme decréscimo na qualidade do evento, nas atrações e sobre tudo na animação. Tive alguns relatos e queixas de pessoas que vieram cá com os miúdos e que viram o animador que fazia de Pai Natal e os Doendos em comportamentos absolutamente inapropriados, a dançar música brasileira nas passadeiras. E queria perceber, porque eu também cá vim com os meus filhos e com amigos e também não me senti e não gostei da mesma forma como das outras vezes que visitei o evento em que havia outro tipo de animação, outro tipo de atrações, havia também locais para beber alguma coisa. Porque é que este ano houve essa diferença e porque é que no fundo ouve esse "Downgrade"? Pelo menos eu senti, é a minha opinião e sei que também é a opinião de outras pessoas com quem eu habitualmente converso sobre esse tipo de assuntos. Uma vez que por norma e acho muito importante a Passagem de Ano e também felicito a Câmara e o Senhor Presidente, porque foi um evento muito bonito. Não tive oportunidade de ver mas vi na televisão e felicito por isso mas acho que também é importante para nós que cá vivemos e que temos família é importante não fazermos, não andarmos de cavalo para burro, digamos assim. Acho que, senti que houve realmente um decréscimo muito grande nessa parte. Outra questão completamente distinta tem a ver mais com o meu âmbito profissional. Eu lido com muitas pessoas que vêm, com investidores que vêm, no



meu âmbito profissional que vêm aqui para Albufeira, querem comprar casa, querem investir na cidade e muitas vezes acontece, o imóvel que vão comprar por qualquer razão precisa de algum tipo de licenciamento, querem fazer um pedido de comunicação prévia para saber da hipótese de fazer algum acréscimo na casa, etc. etc. e uma vez tentando fazer reuniões, por exemplo ter reuniões com os arquitetos aqui da Câmara desde logo é muito complicado agenda com os arquitetos. Depois vamos com o nosso cliente para essas reuniões para além dos frequentes atrasos é também frequente os processos, dizem que os processos estão no edifício novo depois afinal os processos já não estão no edifício novo estão no edifício antigo, voltamos para o edifício antigo depois afinal os processos não estavam no edifício antigo estão no edifício novo e andamos aqui, dá um mau aspeto e incomoda bastante. Pior que isso é depois percebermos em conversa mesmo às vezes *of the record* quando perguntamos por exemplo: Bem, então se o meu cliente quiser aqui, se quiser saber se compra a casa se não compra a casa, quanto tempo é que poderá levar a licenciar esta questão, se é possível ou não licenciar, a resposta que temos é: *Ah, um pedido de comunicação prévia, bem, isso aqui então vai levar um ano só para terem uma resposta.* Eu queria perguntar ao Senhor Presidente se isto é verdade, qual é o tempo médio que leva? Já nem digo licenciamento, só mesmo a questão do pedido de comunicação prévia, quanto tempo leva em média para termos uma resposta uma vez que isto não se compadece com uma capital do turismo, que vive obviamente por ser capital do turismo, vive do turismo, vive muito do investimento estrangeiro, vive da imobiliária e eu queria saber do senhor Presidente qual é o tempo médio, digamos, ou se isto é verdade que leva um ano para termos uma resposta de um pedido de comunicação prévia? *É tudo, obrigada".* -----
Adriano Ferrão: "Eu tenho estado a ouvir, no fim o que é que eu hei-de dizer, críticas por um lado, por outro lado vontades de serem mais informados, e acho muito bem, mas queria lembrar uma coisa. Se estivéssemos estado atentos ao que foi dito pela Imprensa Nacional ou o que passou também nos Medias, realmente a celebração do Natal, da Quadra Natalícia e da Passagem de Ano em Albufeira foi quase, eu diria deslumbrante, porque realmente eu nunca vi tanto impacto em termos da Comunicação Social que as festividades de Albufeira como este ano tiveram as festividades de Albufeira. Realmente ultrapassou-se níveis que outras localidades gostariam de alcançar e não alcançaram, são destinos turísticos concorrentes de Albufeira. Eu penso que Albufeira atingiu uma primazia no Território Nacional Continental, porque todos



sabemos que o Funchal também tem uma celebração muito grande e que rivaliza com essa mesma, talvez com o Funchal e que nem mesmo Lisboa que gastou imenso dinheiro também se calhar não foi tão conseguida como foi a nossa. O investimento em animação turística deste ano é exigível a um destino turístico balnear como o nosso que é muito essa posição de primazia. Claro que todo aquele, toda a despesa que foi feita, todo o investimento que foi feito que também é um investimento na marca Albufeira que se projeta depois ao longo de todo o ano, todo esse investimento tem um retorno indireto, porque como nós sabemos, o Município oferece ao visitante todas as experiências de uma animação turística intensa e que nesta área, enfim, tem um retorno indireto mas que me leva por aquilo que eu acho, enfim, a população aqui e ali ninguém se queixou que aqui tivesse sido um desastre financeiro, um investimento sem anexo, um buraco sem fundo. Desta vez não. Toda a gente esteve de acordo, que foi realmente algo que aconteceu aqui que marcou uma posição, posição essa que agora responsabiliza o executivo camarário a ter que repetir e a dar uma qualidade nos próximos eventos. Falou-se aqui também das empresas que estavam fechadas, as empresas que não estão abertas durante aquele, principalmente na área da restauração, da restauração e bebidas que não estão abertas naquela quadra, porque enfim, por despesas intrínsecas e por seus balanços comerciais não lhes interessa estar abertos naquela altura. Claro que, eu conheço também alguns estímulos que a Câmara propôs a essas pessoas, a esses proprietários a esses empresários para que tivessem os seus estabelecimentos abertos. Mas claro que a Câmara não tem a capacidade, nem tem a propriedade de dizer e de exigir que eles assim o façam, não é. A fim de contas são investimentos privados e por isso têm a liberdade da sua operacionalidade. De modo que, também ouvi aqui uma coisa que também gostava de comentar. Por acaso eu tenho uma opinião completamente contrária da Snowland este ano, porque os amigos do meu filho mais novo que vieram aí com eles todos estavam muito agradados sobretudo que a pista era muito melhor que a do ano passado. Havia mais eventos, havia uma neve realmente havia um gelo e tudo isso é importante para eles, e todos eles disseram realmente bem e não vi nenhum comportamento, posso ter estado noutra altura e esse comportamento não se arriscou de comportamento desses dançarinos vestidos de Pai Natal. Se calhar algumas vezes até podia ser engraçado. De modo que, enfim, à aqui uma coisa que eu concordo com o Partido Socialista, com a bancada do Partido Socialista é que requer uma avaliação e com certeza que a Câmara



deliberará sobre os critérios a aplicar para uma avaliação dum evento desta magnitude".-----

Francisco Oliveira: "É muito rápido, no fundo era para concretizar aquilo que disse o Deputado Adriano Ferrão. A ideia aqui não está em causa colocar a situação relacionada com o evento. O evento ocorreu, foi gasto um determinado montante, não está em causa fazer a análise, até porque será difícil fazer a análise custo benefício. A intenção é de que um investimento deste tipo possa começar a ser dirigido, possa começar a ter um objetivo específico e naturalmente como disse o Deputado e muito bem, não é possível obrigar os operadores privados a tomarem determinado tipo de posições, abrir um restaurante ou abrir um hotel ou outro tipo de atividades. Mas é possível efetivamente através deste estudo ou desta análise conseguir direcionar determinado tipo de propostas no sentido de que, no fundo a comunidade comercial de Albufeira possa ser envolvida neste grande evento ou nestes grandes eventos. É verdade que a promoção é importante mas não se pode única e exclusivamente fazer o dispêndio na promoção e não saber para onde é que ela eventualmente vai e que qual o caminho que pretendemos para onde vá. E é nesse sentido, ou seja, quando eles começam e eu falo-vos de investimentos a atingir estas dimensões e até esta projeção em termos Nacionais e em termos Internacionais é de facto conveniente começar a ter algum cuidado e alguma noção de que nos pode levar para muitos bons caminhos. E é efetivamente essa a proposta que fazemos. É que analisemos e que direcionamos naquilo que será o melhor caminho, isto porque toda agente refere e é fácil às vezes em conversas de café "Ah o turismo às vezes não é melhor a qualidade do turista não é melhor", todos nós sabemos e fazemos esse tipo de comentários mas quem demove estas ferramentas e podendo promover o nosso destino nos mais variados locais do mundo e tendo um investimento desta monta será realmente conveniente e se calhar não é um custo tão elevado esta análise que possa ser feita no sentido de termos então uma ferramenta para direcionar e para acolhermos aquilo que para nós será importante que será uma boa qualidade turística".-----

Cristina Pinto: "Boa noite a todos, também desejo um bom ano. Apenas uma pequena nota. Fico contente, pelo menos este ano não houve críticas à iluminação toda a gente se concentra na Passagem de Ano e eu queria falar da iluminação. O ano passado houve imensas críticas porque houve, enfim, sei lá, um engano, não me lembro concretamente o que é que se passou mas as iluminações de Natal foram muito criticadas. Fico



contente por não ter havido agora, pelo menos aqui não ter ouvido críticas às iluminações de Natal. É tudo, obrigada". -----

Miguel Pinheiro: "A minha pergunta não tem a ver com a Passagem de Ano, têm a ver com uma informação que me chegou sobre a Rotunda dos Descobrimentos ou seja a Rotunda da antiga BP e que aparentemente já aconteceram várias vezes haverem jovens sentados à volta da rotunda, ou seja, um bocado em risco. Era para perguntar se isso é do conhecimento da Câmara e se existe alguma coordenação com a GNR para resolver o problema". -----

Presidente da Câmara: "Boa a todos, desejo um bom ano igualmente. Relativamente à questão da vigilância das praias fora da época alta, fora do período balnear, portanto época balnear, desde dezasseis de Outubro até catorze de Maio uma vez que a época balnear em Albufeira é de quinze de maio a quinze de outubro. Portanto aí sendo a época balnear, estão garantidos, as praias vigiadas pelos nadadores salvadores. Ainda ontem aqui nesta mesma sala, em reunião que eu e o Vereador Rogério tivemos com os concessionários de todas as praias de Albufeira anunciei precisamente isso. Que vamos rever algumas praias, estamos já a estudar isso, algumas praias do concelho vão ser vigiadas neste período de época baixa. Portanto agradeço a vossa sugestão também mas já está, foi ontem anunciado precisamente nesta sala. Não vão ser todas mas são aquelas que mais pessoas movimentam numa altura destas e precisamente por essa razão, são razões cada vez mais, a água está mais quente cada vez mais tempo no ano dadas as alterações climáticas que estamos a sofrer e são quase visíveis dia a dia e a olho nu sem qualquer observação de outro tipo tecnológico. Depois temos a questão do fim do ano. Já foi falado, o fim do ano ainda está a ser feito um relatório integrado de todas essas valências, têm que estar obviamente. O investimento feito num evento deste tipo não passa apenas por esse ano, obviamente que o objetivo é aqui capitalizar o investimento para poder ser promocional para o próximo ano e depois para o outro ano. E a minha perspetiva, a minha expectativa, penso que isso poderá vir a acontecer, provavelmente vai acontecer. Aquela questão dos estabelecimentos de Restauração e Bebidas que estavam a maior parte deles fechados e que prejudica grandemente, diria grandemente todo aquele conjunto de pessoas que se deslocam a Albufeira e não têm um sítio para tomar uma refeição, vá fazer com que provavelmente no próximo ano já existiram muitos mais restaurantes e principalmente restaurantes abertos naquela altura. Penso eu que isso vai acontecer, é uma consequência disso mesmo. Depois vai



haver alguns hoteleiros que disseram precisamente isso, com a publicitação, com o marketing que foi feito com alguma antecipação houve muitos hoteleiros que começaram a receber chamadas de marcação de alojamentos, aqueles que estavam abertos os que estavam fechados provavelmente para o ano também vão estar muitos mais abertos do que fechados. Evidentemente que quando se faz um investimento deverá haver uma avaliação e deverá haver um estudo custo benefício, não podemos estar a fazer investimentos com o risco desse mesmo investimento passar a ser uma despesa ou um custo. O objetivo não é esse o objetivo é que seja realmente um investimento e daí, já tenho números aqui por alto são, disse no outro dia, são setecentos mil euros mais IVA, são o custo da totalidade. Mas de qualquer maneira vão ter oportunidade de ver um relatório pormenorizado desta situação com todas as valências. Depois relativamente à Snowland a que se passou aqui em frente da Câmara, aquilo que aconteceu o ano passado, embora o ano passado tivesse aparentemente mais elementos de distração para as crianças e eventualmente os atores, os figurantes serem talvez mais simpáticos, este ano não eram tão simpáticos eram mais rígidos se calhar mais abruptos. O ano passado houve problema com uma neve, uma neve artificial que criou alguns acidentes às crianças e às pessoas que passavam por lá, daí que a opção foi de retirar essa neve artificial e em substituição apareceu a célebre pista de gelo. No meu tempo não havia nada disso portanto não posso precisar nem sei avaliar tão pouco se aquilo foi do agrado mas por aquilo que dizem, para umas pessoas teria sido, para outras eventualmente não. De qualquer maneira fica essa referência que eu vou tentar saber precisamente a questão que tem a ver com o comportamento das pessoas. Vou saber o que é que se passou porque realmente não é de bom-tom isso acontecer. Relativamente à questão dos pagamentos do multibanco, pois estamos a tratar disso. O Beco da Semina que o Leonardo disse que toda a gente conhece e para quem não conhece fica atrás do Hotel Alto da Colina, já estão aqui as técnicas camarárias, a Engenheira Fátima, Engenheira Suzana e a Renata, com certeza tomaram boa nota disso e quando digo boa nota é mesmo uma nota boa para ser visto. Depois temos aqui questões levantadas relativamente às CP, às Comunicações Prévias e há aqui uma situação, portanto eu iria pedir se o senhor presidente me termite, à Senhora Doutora Ana Pífaros que tem o pelouro das Obras Particulares para dar mais alguma informação à volta disso". -----



Vice-Presidente: "Boa noite a todos. Vou tentar responder às três questões relacionadas com isso. Relativamente à questão do envio para o Ministério Público, que eu tenha conhecimento neste Mandato não houve nenhuma Comunicação ao Ministério Público no âmbito de CP`s, terá havido segundo sei no mandato passado e também segundo sei decorrem uns processos em Tribunal, sinceramente não tenho conhecimento se alguns já chegaram ao fim ou não. Aquilo que posso dizer é que a estratégia utilizada desde o início deste mandato foi que, sempre que existia um problema numa Comunicação Prévia ela é levada à Câmara com uma intenção de inviabilizar e é dado um prazo de onze dias para o requerente se pronunciar ou corrigir. Penso que desde aí então não tem havido esse tipo de situações. Relativamente à questão das CP`s demorarem cerca de um ano eu penso que a Ana Almeida estará equivocada no tipo de procedimento que fala, porque as CP`s são colocadas na Câmara, se não houver pronúncia por parte da Câmara passado trinta dias pode ser levantado o livro de obra e iniciar-se a construção. Por isso, talvez esteja a falar das IP`s e eu essas não consigo dar a certeza de qual o prazo que nós temos de resposta. Até porque não se consegue dar um prazo completamente fidedigno porque uma coisa é um IP que bem instruída e é respondida outra coisa é uma IP que tem de voltar para trás duas ou três vezes. Mas posso tentar saber qual é a média nas IP`s. Não sei se havia mais alguma questão, em relação ao Deputado Francisco, de facto existe algum constrangimento com a mudança para o novo edifício e a localização dos processos. Já tive uma reunião com o Senhor Presidente já este ano e com o Senhor Diretor, foram dadas instruções e vamos tentar implementar novas medidas para evitar esse constrangimento principalmente para os requerentes, para os munícipes. Relativamente às reuniões com os técnicos, os técnicos têm um dia próprio de atendimento é normal que não consigam na mesma semana dar resposta a todas as solicitações mas eu não tenho conhecimento que tenha ficado alguma reunião por realizar. Obviamente que toda a gente gostava que fosse no dia a seguir, nem sempre é possível. Todos nós que fazemos atendimento ao público sabemos que as coisas são assim mesmo, nós temos um número limitado de pessoas que conseguimos atender por dia e um atendimento técnico é uma coisa que demora muito tempo, mas eu acho que nunca foi recusado qualquer tipo de atendimento, seja pelos técnicos seja pelos dirigentes". -----



Presidente da Câmara: "Tenho ainda aqui duas coisas que me esqueci de responder. Relativamente ao Miguel Pinheiro sobre os rapazes, raparigas que costumam estar sentados na Rotunda dos Descobrimentos, não tenho conhecimento nem na Câmara sei se alguém tem conhecimento desse fato. Não faço a mínima ideia mas de qualquer maneira vou mandar ver essa situação, não sei se o guarda tem algum conhecimento disso, não sei. Nunca lá vi nenhum, não sei se algum dos meus colegas viu lá alguém. Não, acho que não. Quem cala consente é porque não viram. Depois tenho aqui uma outra questão, que é do Renato Pimenta por causa da obra do passeio ali da Estação de Camionagem até à Rua do Gamito. Não está ainda data prevista, o projeto da estrada de Vale Pedras onde está inserido esse passeio nessa mesma estrada está em vias de se terminar e daí, depois terá que se abrir concurso ainda. Não é, não tem sido um processo nada fácil e eu já o disse. O proprietário daqueles terrenos não sede, pelo menos voluntariamente não sede terreno para o passeio. Portanto já contratei com ele há uns anos até, nem há pouco tempo, há alguns anos, realmente aquilo tornasse um bocado perigoso mas de qualquer das maneiras vamos ver se se consegue agora com aquela unidade de execução do PUCA onde aquilo está inserido. Pode ser que agora nesta fase se consiga negociar entre aspas se consiga gratuitamente ou onerosamente negociar esse terreno. Depois, relativamente aqui à questão da poda das árvores, também sinceramente não consigo responder a essas perguntas. Não sou grande perito em podas mas de qualquer das maneiras não foi da responsabilidade da Câmara Municipal, foi da responsabilidade da Junta de Freguesia. Está aqui o Senhor Presidente que é Membro da Assembleia, se assim o entender, poderá esclarecer". ----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo: "Boa Noite a todos, bom ano. É a primeira Assembleia, não é. É assim, relativamente à poda das árvores, não é na Avenida Vinte e Cinco de Abril é na Malhada Velha que a senhora está-se a referir. Na Vinte e Cinco de Abril só cortamos duas, penso eu. Precisamente, é uma competência que passou da Câmara para a Junta, as podas das árvores. Toda a gente sabe que deviam de ser podadas, deviam de ser podadas. Antigamente eram podadas todas as árvores de Outubro até Fevereiro, portanto nós devíamos preocupar era com as que não eram podadas, não com as que são podadas. Apesar de compreender que a Senhora tem toda a razão. Nós contratamos uma empresa e a empresa cortou um bocadinho naquela Avenida da Malhada Velha, um bocadinho as árvores. Mas é assim, todas as pessoas que moram lá, se calhar a Senhora Deputada não mora naquela rua



nem passa por lá. Portanto, se passasse conseguia perceber qual foi a intervenção que foi feita lá, porque aquilo são umas árvores que deitam umas bolas e sujavam constantemente o passeio, não se conseguia, ficava intransitável. As pessoas estavam constantemente a se queixar na junta daquelas árvores. A empresa de limpeza, não conseguia sequer manter a Avenida limpa, temos esse problema no resto da Avenida, numa outra parte que estamos a pensar intervencionar. Mas como disse, nós contratamos uma empresa e a empresa realmente achou que a poda adequada para aquela zona de árvores era aquela. Quando nós nos apercebemos até porque um membro de executivo, o Vice-Presidente se apercebeu e quando ele se apercebeu mandou entrar em contacto com a empresa e suspendeu, vá lá, essa poda nessas Avenidas e continuamos noutra parte. E aliás, estamos a pensar podar a maior parte das árvores todas da freguesia. É assim, ali como estava a dizer, o que aconteceu foi que naquela área aquilo é uma árvore diferente das outras que estão na Avenida, deitam umas bolinhas, sujam muito o passeio e cortamos daquela maneira. Nós pedimos justificação à empresa, portanto não é a Junta que está a cortar, nós adjudicamos por ajuste direto a uma empresa e quando efetuamos aquilo, quando vamos fiscalizar ou quando as pessoas detetarem vamos ver. Realmente a poda está à vista, uma poda segundo a empresa continua a dizer que é uma poda ajustável para aquelas árvores, que aquilo vai rebentar, vai ficar mais vistosa, vai ficar mais sombra e entende-se que numa Avenida as árvores devem ser mais rasteiras, também devem ser árvores grandes, devem ser árvores de sombra para quando as pessoas passarem a pé terem sombra. E dentro disso, dentro dessa perspetiva, segundo a empresa que nós contratamos foi o que se passou. Nem toda a gente fica contente, tivemos muita gente a dizer que a poda das árvores estavam muito bem podadas, tiveram uma série de anos sem terem aquela Avenida com as podas das árvores. A justificação é essa, não estou a dizer que foram bem ou mal, foi a empresa que nos fez, a Junta é responsável por isso. Foi uma delegação de competências que passou da Câmara para a Junta e nós estamos tentando em princípio podar também as outras. Já mudamos de empresa, já viram que na Avenida mais abaixo no centro de Ferreiras aquelas árvores de grande porte foram todas podadas. Estão lá árvores que se calhar não eram podadas há uns quinze ou vinte anos, deviam ser podadas todos os anos. As minhas na minha casa são podadas todos os anos. Devíamos podar as árvores sempre para poder proteger as árvores para não criarem aquele tamanho que tomaram. Depois é assim, como está visto foi uma



delegação que passou da Câmara para a Junta. Agora já que estou aqui não sei se posso fazer também questões ou só responder". -----

Presidente da Assembleia: "Oh Senhor Presidente a poda é sua". -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira - Jorge Carmo: "Em termos de poda acho que está esclarecido. Se houver mais algum esclarecimento, como vos disse foi responsabilidade da Junta de Freguesia, e está. Portanto agora é assim, já que estou aqui, gostava de dizer também que foi uma das competências que nós lutamos muito para a Câmara passar para as Juntas, e conseguimos. Agradeço neste caso ao executivo da Câmara a coragem que teve para passar estas competências para as Juntas. Nós estamos mais próximos da população, recebemos as queixas daquela Avenida e das outras, realmente uma das maiores, de mais queixas que nós temos ou que seja mais justificações, ou solicitações, são precisamente de cortes de árvores. Portanto a Senhora Deputada se quiser passar lá pela Junta, convido-a. Posso-lhe mostrar. Pode ir ver, ainda esta semana recebemos quatro ou cinco pedidos, mesmo para cortes de árvores e para podas, e assim estamos mais perto da população. Acho que às vezes nem sempre corre como nós queremos, ali se calhar pode estar bem ou pode estar mal, já são opções. Portanto agora a minha questão é a seguinte: Uma vez que passaram as competências todas, e a Câmara passou muito bem as competências todas para as freguesias todas em termos de podas e algumas delas, agora a minha questão é a seguinte: Então e os funcionários da câmara ficam a fazer o quê? Não passaram nem os funcionários nem as máquinas de cortar relva nem nada, aquilo vai ficar no município só para coiso, ou vão passar para as juntas também alguns funcionários? Era só, obrigado". -----

Vera Belchior: "Senhor Presidente, agradeço já o esclarecimento mas há aqui algum equívoco, porque duas árvores é muito pouco para aquilo que se observa desde a Rotunda das Ferreira até para lá da Cruz Vermelha e é dos dois lados. E não são duas árvores, são muito longe de ser duas árvores. E as queixas que nos chegam nem tem a ver com as podas, claro que as podas são recomendáveis e são boas para o bom desenvolvimento saudável das árvores. O problema é que foram podas agressivas, deixaram praticamente apenas os troncos das árvores, isso torna as árvores doentes, faz com que elas fiquem mais suscetíveis a pragas e com que também sejam um perigo para as pessoas porque elas ficam muito mais frágeis. E imagine que, a nível de resistência ficam muito mais diminuídas. Portanto esse tipo de podas que fizeram, que



pelos vistos já pediram justificações, são feitas em casos muito específicos. Tanto volto lembrar, aqui ninguém está contra podas e as reclamações que recebemos não eram nesse sentido, foi o tipo de poda e não são duas árvores. Obrigada". -----

Indaleta Cabrita: " Eu acho que já desejei bom ano a todos, eu raramente faço intervenção mas não poderia deixar de fazer hoje no seguimento da observação do meu colega de Ferreiras. Nem todas as Juntas receberam tudo e eu por acaso fui a única, penso, que recebi aquilo que eu penso que consigo fazer. Portanto a mim não me interessa que a Câmara me transfira verba, o que me interessa é que eu tenha a capacidade para fazer o que corresponde a essa mesma verba. Por acaso nem recebi a poda, porque Albufeira e Olhos de Água não se pode de todo comparar a uma outra freguesia em termos de área e o resto está tudo apontado, está tudo escrito, está tudo assinado por nós e pelo Presidente da Câmara. Nesta altura vir aqui a esta Sessão falar de funcionários para passarem para as juntas de freguesia, parece-me que não será a altura correta, uma vez que nós já assinamos essa documentação e nessa documentação que assinamos está tudo bem explícito, o que vai passar o que não vai passar, o que recebemos. Se a Câmara inclusive, fomos informados logo de início nas primeiras reuniões que a Câmara nem teria pessoal nem teria recursos humanos para entre aspas ceder às freguesias. Portanto meu amigo Jorge, penso que essa questão aqui não se coloca e aliás quem tiver dúvidas pode ir ver o que foi assinado e o que foi acordado em cada uma das freguesias. É tudo, boa noite e obrigado". -----

Presidente da Assembleia: " Muito obrigado. Jorge Carmo, só a pedir, só um bocadinho uma resposta concisa porque nós já vamos com cinquenta minutos no período de intervenção dos Membros da Assembleia e portanto já alongamos em demasia e ainda falta o Senhor Presidente". -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo: "Eu estava a responder à colega Deputada, estava-lhe a dizer que são só duas árvores, ela não está a falar da Avenida correta. A Avenida que a Senhora está a dizer chama-se Avenida da Malhada Velha. É o que eu estava a tentar dizer, na Avenida Vinte e Cinco de Abril se calhar foram só cortadas duas árvores. Portanto era o que eu estava a tentar explicar, a Senhora está-me a dizer que é uma série de árvores na Avenida Vinte e Cinco de Abril! Não, a Avenida Vinte e Cinco de Abril não teve intervenção nenhuma. Se calhar no início da Avenida, no início onde está a placa duas árvores. Mas isso não impede que as outras tivessem bem ou mal cortadas. O que eu estou a tentar explicar é que nós



contratamos uma empresa e quando detetamos, contratamos uma empresa para podar as árvores, não é, e a solicitação das pessoas, se calhar até está aqui algumas pessoas das Ferreiras que conhecem bem e passam por lá e se calhar algumas até solicitaram isso. E é o seguinte, nós fizemos uma intervenção, pedimos a uma empresa para fazer uma intervenção e a empresa achou que a intervenção mais adequado era aquela. Quando nós detetamos, não foi só a Senhora Deputada que está a dizer aqui mas as pessoas dirigiram-se à junta e outras nós apreçemos. O nosso Secretário que por ventura, por acaso eu na altura não estava cá e o Secretário mandou parar as obras e falou com a empresa e suspendemos essas obras essas podas. Tanto que estamos agora a pensar fazer também uma intervenção na parte de baixo e afirmo que, a ideia é que a planta fique mais reduzida fique mais verde e faça mais sombra e que é assim, se vocês verem está á vista e só tem os galhos. É isso que nós temos que ver, porque é que nós cortamos, porque é que a empresa cortou. Penso que esclareci, senão também estou cá para esclarecer mais. Ali a nossa colega e ilustre Presidente da Junta de Albufeira, portanto a Cristina tinha feito aqui uma pergunta ao Senhor Presidente, ela é que respondeu e muito bem. Nós sabemos quais foram as competências, sabemos o que é que assinamos. A minha questão é que assinamos a delegação de competências com todas as freguesias e eu fiz uma mera questão. Portanto nós sabemos quais foram as pessoas que foram, chegamos a acordo e ninguém está a discutir o acordo. Acho que é um acordo bom e aliás louvei e louvei o Senhor Presidente que teve muita coragem em fazer um acordo como fez, porque nós falamos com outras freguesias e sabemos em que ponto é que estamos, nós achamos sempre pouco os outros ainda há quem ache que dá muito mas isso é sempre uma questão. O que eu estava a dizer é que, como a Câmara deve ter vinte ou trinta jardineiros, se foram feitas algumas coisas, podia sobrar algum jardineiro para vir para as Ferreiras, que em vez de darmos às empresas darmos ao jardineiro para cortar as árvores. Era só uma questão assim dentro desse género, mas ninguém pôs em questão nada disso e estamos muito gratos com isso".-----

Roberto Raposo: "Boa noite. Aproveitando que se fala aqui de árvores eu queria propor o seguinte: Que fossem substituídas as árvores exóticas por árvores autóctones. Eu sei daquilo que falo porque eu sofro de alergia e tenho de tomar anti histamínicos todos os dias porque senão não conseguia estar de pé tão-pouco porque fico sem respirar e estas árvores principalmente os plátanos estão terríveis e é o ano inteiro não é só durante dois ou três meses por ano é o ano inteiro. Muitas dessas árvores



deviam ser substituídas por árvores autóctones, à semelhança do que outros Municípios já o estão a fazer, como o de Portimão que tem uma avenida cheia de Alfarrobeiras, quem olha nem nota que é Alfarrobeiras porque as Alfarrobeiras dá para fazer tal e qual como as Oliveiras, dá para podar e pô-las quadradas, redondas, como se quiser. São bonitas têm muito menos doenças, deitam muito menos folhas para o chão porque não são de folha caduca, então não vão entupir valas, não vão provocar sujidade como estas árvores exóticas provocam e isso trazia benefícios para a saúde dos munícipes e também no caso da limpeza que seria muito menor os custos. Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Bom, acho que está tudo esclarecido quanto a podas mas relativamente à questão das transferências de competências, conforme o Senhor Presidente da Junta de Ferreiras na última intervenção, penso que já repôs alguma verdade, penso que não é o sitio para se estar agora aqui outra vez a dizer que falta isto ou falta aquilo. Se há transferência de competências que foi trabalhada, foi estudada, fizemos e todos os presidentes sabem as reuniões que fiz com eles e que chegámos a um acordo, não sei se é bom se é mau. Isto é sempre assim, há uns que hão-de entender que é dinheiro de mais outros hão-de entender que é dinheiro de menos, mas isso há-de ser a vida assim, mas penso eu que é razoável aquilo que foi feito. Foi feito transferência de verbas sustentadas na transferência de competências real, não foi só transferência de verbas, transferência de verbas é uma consequência não é uma causa. Portanto penso que isso está ultrapassado agora, evidentemente que a qualquer momento poderemos rever mas não podemos é andar todos os dias a rever o acorde entre as Juntas de Freguesia e a Câmara no âmbito das transferências de competências. Relativamente à questão que o Deputado Roberto falou agora sobre a questão das árvores, as árvores exóticas, diversas árvores autóctones, nós temos inicio um estudo precisamente sobre a questão das variedades das árvores plantadas no concelho, inclusivamente a questão da saúde pública que é a questão das alergias. Nos últimos anos tem havido imensa, aquele algodão entre aspas, algodão branco, aquele pólen, realmente há muita gente e cada vez há mais gente com esses problemas. Para além disso penso que não é só o Plátano é também a Faia, não sei se será, pode ser um erro mas o que eu estou a dizer também é. Temos este estudo para a questão da classificação e características das árvores e eventualmente reformular e substituir algumas árvores e não é só as alergias, há outros tipos por exemplo: árvores que estão



em passeios que partem o passeio todo e é altamente negativo penso eu, mas temos esse estudo para ser feito. Depois temos uma outra coisa, que já agora aproveito, Albufeira tem espaços verdes principalmente aqui nesta zona e na zona daquele vale para as Ferreiras, até ao Parque de Campismo, é quase um contraciclo. Existe relva a mais, quantidade de relva a mais e a relva quanto a mim tem dois problemas que é, o consumo de água, que é das plantas que consome mais água e é das plantas que mais trabalho dá em manutenção. Vai também uma empresa fazer um estudo da reformulação dos espaços verdes e inclusivamente esses dois espaços verdes, esses dois grandes espaços verdes, que é o eixo viário, Avenida dos Descobrimentos até à Rotunda dos Descobrimentos contando aqui este espaço até em frente à Câmara e nas traseiras e depois o Parque do Ribeiro que vem do Parque de Campismo até ao Centro de Saúde. Estes dois espaços quando forem intervencionados vão ficar com utilização das águas residuais, águas da ETAR de Vale de Faro e da ETAR de Ferreiras, que é relativamente um para um lado outro para o outro. E utilizando, plantando plantas que foi o que pedi à empresa para fazer o estudo no sentido de plantar plantas que sejam de rega não de aspersão mas de rega gota a gota que também existe uma grande poupança de água nesse sentido. Portanto estão em vias de haver aqui uma grande revolução no que respeita aos espaços verdes e inclusivamente à arborização do concelho". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 20-11-2019 e 2-12-2019;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 20-11-2019:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: Um (01) Adriano Ferrão -----



Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Rui Gago, Ana Isabela Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Paderne - Miguel Coelho, da Guia - Dinis Nascimento e de Ferreiras - Jorge do Carmo. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 02-12-2019:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: Um (01) Adriano Ferrão -----

Votos a favor: dezanove (19): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Isabela Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Ana Cristina Oliveira, Presidente da Junta de Ferreiras, Jorge Carmo e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, pelo que não votaram. ---

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento sobre a Taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis - Prédios Urbanos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, estava a ler o ponto, infelizmente que tivemos esta informação por parte das Finanças, isto era algo que, infelizmente já se adivinhava. Nós quando fizemos a proposta, a intenção da proposta era tentar reduzir em algumas situações a possibilidade do pagamento do IMI. Sabemos nós da dificuldade que estas situações têm, e apresentamos uma proposta, mais ou menos vaga, sem grandes questões. Devo confessar que, na altura, tivemos aqui o debate e aquando desse debate a referência que foi feita, foi exatamente esta, com a



introdução de todos estes critérios, nitidamente vai ser quase impossível conseguirmos ter uma definição, relativamente a estas matérias. Devo dizer, com toda a propriedade que, não sei se por uma questão de fazer “finca-pé”, mas o PSD entendeu, realmente, avançar para critérios, definições, o que levou efetivamente a que a informação que venhas das Finanças e da ATA seja a da dificuldade de conseguirem definir estes critérios. Portanto, a responsabilidade a quem de direito e nesse aspeto, deixaremos a responsabilidade ao PSD, para junto da população explicar a razão pela qual resolveram introduzir todos estes critérios, que levam, efetivamente, a esta questão. Devo dizer mesmo, que a redução do IMI, mesmo aquando da nossa proposta era já reduzida, ou seja, não iria atingir uma boa parte, ou a grande parte da população, era já relativamente reduzida, mas mesmo assim, entendeu-se de facto introduzir esses critérios, naturalmente votamos favoravelmente porque não queríamos votar contra, porque a nossa intenção era tentar reduzir o IMI a essas famílias. Infelizmente, a informação que veio era aquela que se previa, portanto vamos ter alguma dificuldade em conseguir avançar para a redução do IMI, para famílias carenciadas ou com algumas necessidades. Nesse aspeto, a responsabilidade é quem de direito.”-----

Adriano Ferrão: “Leio aqui no texto, “conforme proposta conjunta do PS e do PSD.” Parece-me agora estranho, que esta proposta deixe de ser conjunta e que a responsabilidade é do PSD. Enfim, estamos habituados a essa posição. De qualquer maneira, não se pode ficar em cima do muro, as coisas estão escritas, de qualquer modo, todos estávamos cientes da dificuldade de operacionalização e o que está aqui é que se aguarda, ainda, que a Autoridade Tributária e Aduaneira se pronuncie. É isso que está em causa.”-----

Francisco Oliveira: “Senhor deputado, parece que não tem conhecimento daquilo que se passou aqui. Nós apresentamos uma proposta, linear, simples, razoável. Os senhores entenderam introduzir critérios completamente diferentes, diferentes daquilo que era o critério do regulamento de arrendamento. Nós, a única coisa que fizemos, foi seguir para não votar contra. A nossa posição sempre foi contra a vossa posição. Ou seja, a nossa posição, sempre foi, de que estariam a complicar o sistema, estariam a colocar dificuldades que não permitiriam que a mesma viesse a ser aprovada. Agora vêm dizer que é conjunta? Claro, votamos favoravelmente, para não fazer o contrário. Parece-me perfeitamente razoável, porque os senhores sabem perfeitamente a discussão que aqui tivemos, entre os dois e os três anos, entre o arrendamento e o não arrendamento,



subarrendamento, toda uma série de critérios e agora vêm dizer que foi conjunta. Pronto, está bem, é assim que querem entender, no entanto as gravações estão aí, para os senhores se aperceberem e verificarem como foi."-----

Adriano Ferrão: "Não retiro nada do que disse, a situação é essa mesma e o que está aqui em causa, aquilo que se procurou foi ser o mais justo possível. O que estava em causa não era assim tão justo, nós quisemos ir um pouco mais longe e, a Assembleia assim o colocou. Nós e o PS, está aqui que concordou, a proposta é conjunta."-----

Pedro Coelho: "Queria lembrar o deputado Adriano que, a discussão foi vasta, levou duas Assembleias e a questão da complexidade da proposta que estávamos a produzir era de tal forma que iria dificultar em muito a aplicação da AT. Isso foi abordado várias vezes, em várias intervenções, inclusive colocou-se a questão do impacto financeiro que esta medida teria, por isso, passou para a Assembleia seguinte. Na altura, referi até, por contas vagas, mas que nunca teríamos um impacto de mais de quatro milhões de euros, mas que poderíamos andar à volta de meio milhão de euros. Foi dito, na altura que até se assegurava esse valor, mera estimativa. Terminando a minha posição pessoal, depois de ter tido uma ampla discussão nesse segundo dia, fiz uma declaração de voto, onde exatamente disse, que lamentava a complexidade da proposta, que tinha votado favoravelmente e que iria ver com forte dificuldade a implementação por parte da AT. Nada mais óbvio do que agora nos chega à mão esta complexidade da norma que elaboramos."-----

Gaspar Meirinho: "Só quero dizer uma coisa, assumo a total responsabilidade do que está aqui, na parte que me toca, na votação da bancada. Não demovo dos critérios que aqui estão, porque a proposta apresentada pelo PS, simplificada, tal e qual como estava, iria potenciar e muito, fraudes. Se isto era para ajudar a que fosse fomentado o arrendamento na cidade de Albufeira, por um lado, então que seja dentro de balizas. Foi isso que eu disse nas Assembleias em que se discutiu esta proposta, estando os critérios banalizados, evitando ao máximo questões fraudulentas, muito bem, de outra forma, haveria uma série de proprietários que poderiam através de formas esquemáticas, para não lhe chamar outra coisa, obter benefícios de IMI, para esse efeito. Portanto, só quero lembrar uma coisa, relativamente a isto, porque não houve acordo, tanto quanto me recorde nessa Assembleia, entre PS e PSD inicialmente, relativamente aos valores propostos à dita tabela e, por proposta do PS acabou por ser remetido para uma tabela de regulamento municipal. Foi sobre esse critério que



também foi aprovado. Portanto, esta proposta foi conjunta. Relativamente às balizas, eu, aqui, assumo a responsabilidade para essas balizas, tendo em conta o fundamento que foi utilizado, ou exprimido e proposto por mim."-----

Francisco Oliveira: "Pelos vistos era conveniente organizarem-se na bancada. Ou foi conjunta, ou foi proposta por um dos deputados. Agora, a questão que está aqui em causa, é que a limitação e as balizas, levam a que, efetivamente se calhar nem valia a pena termos proposto. A questão que o senhor deputado aqui refere, relativamente ao facto de haver fraude ou não haver fraude, era algo que os serviços teriam de verificar. Sabendo nós que essas circunstâncias estavam balizadas, não estariam balizadas relativamente aos montantes, e mesmo assim, quando referimos os montantes demos indicação que seriam mais uma dificuldade para conseguir implementar este tipo de regras. A verdade é que chegamos à conclusão que, na altura tínhamos chegado, d a dificuldade de implementação deste tipo de regra. É mais uma vez, a população de Albufeira é que fica a perder. Os senhores saberão."-----

Gaspar Meirinho: "Vamos lá ver se esclarecemos aqui uma coisa, a proposta final acabou por ser conjunta, com critérios do PS e com critérios do PSD. Acho que não estou a ver mal as coisas. Houve uma proposta inicial do PS, depois houve uma outra proposta do PSD e a proposta final resultou de uma mescla concordada entre ambas as bancadas. Julgo eu que é isso que estará espelhado nas atas, irei ter o cuidado de ir verificar a ata, para esclarecer em próxima Assembleia. Mas, se a minha memória não me falha, foi exatamente isto."-----

Francisco Oliveira: "Senhor deputado, lembra-se perfeitamente que não se demoveram do último critério, que era dos três anos e que nós vimo-nos obrigados a aprovar e dissemos que por essa via vamos por aí, mas não era essa e nunca foi a nossa intenção e a nossa intenção seria desmistificar e descomplicar. Portanto, o senhor deputado sabe perfeitamente que fizeram "finca-pé" e fizeram "finca-pé" levando, mais uma vez, à dificuldade da definição dos critérios e portanto da regularização desta situação. Portanto, não foi uma proposta conjunta, foi uma proposta que a determinada altura foi imposta e a única forma que tínhamos era votarmos favoravelmente ou votarmos contra, uma vez que os senhores se mantiveram numa situação de " finca-pé" e a única hipótese seria votar favoravelmente. Têm conhecimento disso, é uma questão de verem as atas."-----



Adriano Ferrão: "Nós organizamo-nos em bancada, agora, não diminua a sua bancada, nós temos todo o respeito pela bancada do PS e não estamos a brincar, por isso quando o PS está aqui plasmado que vota uma proposta conjunta do PS e do PSD e ainda por cima, diz cá em baixo, "analisado e discutido foi colocado à votação, a qual mereceu o resultado de zero contra, zero abstenções e vinte e cinco votos a favor", não estamos a brincar. Isto é uma realidade, foi isto que aconteceu, agora, passado este tempo, afinal não, "nós não". Por amor de Deus, isto parece uma brincadeira."-----

Francisco Oliveira: "O senhor deputado vá ler, vá ver aquilo que são as gravações e verifique qual foi a nossa posição. Nós votamos porque não tivemos outra oportunidade, porque o nosso critério e a nossa proposta era completamente diferente. Mas, para que os cidadãos de Albufeira não ficassem a perder, nós não votaríamos contra. Está dito, está confirmado."-----

Gaspar Meirinho: "Não me quero alongar, como na conversa da poda, o PS era livre para ter mantido a sua própria proposta, tê-la levado a votação, passasse ela ou não passasse. O PS concordou em arranjar um meio-termo, juntamente com o PSD, isso está espelhado na ata. Mas vou ver a ata respetiva e depois vou fazer questão de a ler aqui, que é para ficar gravado."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Sistema de Controlo Interno; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Regulamento do Programa de Renda Convencionada do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Gostava de solicitar dois esclarecimentos quanto ao regulamento e um comentário. Começaria pelo artigo catorze, que coloca uma fórmula de cálculo e uma



das variáveis é a VPT, para o cálculo de arrendamento médio. Essa fórmula não tem tradução, não se percebe o que significa a sigla, como é que se calcula. Outra questão, neste domínio, a questão fulcral para a aplicação deste regulamento, que é quantos fogos estão na bolsa? Porque este regulamento aplicar-se-á aos fogos municipais e qual é o universo deste domínio? Depois, um comentário, neste aspeto, não posso deixar de fazer, porque achei singular esta condição inscrita no artigo oitavo, a condição de apresentação de uma declaração da AT, em que não possua bens imóveis habitacionais no concelho de Albufeira, aí poderia ser normal, mas fazem uma referência interessante, de Silves e Loulé. Ou seja, alguém que tenha no Algarve central uma habitação, não pode estar usufruir deste programa. A questão não tem nada de específica do Algarve central, ter casa ou não ter casa, o que acho que esta condição aqui aparece, em primeiro lugar é para afunilar, obviamente, os critérios, mas acho que é uma constatação de como as políticas de habitação nos últimos vinte anos falharam. Porque, nos últimos, posso estender aos vinte anos, mas se calhar os últimos quinze, há um conjunto significativo de cidadãos de Albufeira que foram residir para outros concelhos periféricos. Tunes e Algoz são bons exemplos onde muitos residentes, naturais de Albufeira agora habitam. Por isso, deixo de achar curioso, a introdução desta cláusula."-----

Presidente da Câmara: "Independentemente do número de anos, ser vinte, quinze ou dez, não é importante. Quem coordenou este procedimento foi a Vice-Presidente, vou pedir para ela esclarecer estes pontos."-----

Presidente da Assembleia: "Só dois esclarecimentos adicionais, VPT é o valor patrimonial tributário, portanto é definido pela caderneta predial, está fora do âmbito da Câmara Municipal. No que diz respeito às questões relacionadas com habitação nos concelhos limítrofes, aconselha a lei trinta e dois de dois mil e dezasseis também, que é um dos critérios a ser utilizado. Portanto, andou a Câmara Municipal, presumo eu, em cópia do que estabelece o novo regime de arrendamento apoiado para habitação, portanto, transpõe aqui uma regra que vem desta lei da República."-----

Vice-Presidente: "Gostaria de iniciar a minha intervenção, dizendo que espero que Albufeira consiga ser o primeiro município do Algarve a implementar este tipo de programa, naquilo que será o combate à carência de habitação, que também é conhecida por todos os que aqui estão. A Câmara Municipal, ao longo dos anos, tem tentado ir de encontro àquilo que são as necessidades. Em dois mil e treze, se não me



engano foi criado o regulamento de renda apoiada, porque havia muita oferta no mercado, mas como vivíamos anos de crise, havia dificuldade das pessoas conseguirem pagar a renda de casa. Nessa altura, não se justificava, provavelmente um regulamento deste género. Esse regulamento passou a ter mais difícil aplicação, a partir da altura que deixaram de haver casas no mercado de arrendamento de longa duração e nós fizemos uma pesquisa por aquilo que existia ao longo do país e achamos que as soluções apresentadas pela Câmara não podem ser só através de concurso de habitação social. Como todos nós sabemos, beneficiam principalmente as pessoas que vivem em condições de extrema carência de habitação e ir ao encontro daquilo que é a classe média, que tendo um vencimento médio não consegue nos dias de hoje fazer face às rendas altíssimas que se praticam em Albufeira e praticamente em todo o litoral do país. Encontramos este regulamento, que não é uma novidade, não foi inventado por nós, tem sido praticado, principalmente, em Lisboa. A Câmara de Lisboa tem o benefício de ter prédios antigos que consegue reabilitar e pôr neste programa. Nós, não tendo essa possibilidade, ao longo dos últimos meses temos vindo a adquirir imóveis, a um preço que consideramos justo, e serão esses imóveis que irão ser colocados nessa bolsa. Não sei quantos é que irão ser colocados no primeiro concurso, essa é uma questão que ainda está em aberto. Devo dizer que este regulamento foi muitíssimo trabalhado para que não se venham a verificar falhas, tivemos inclusive reuniões com os vereadores da oposição, a quem agradecemos algumas chamadas de atenção e ele acabou por passar na Câmara com voto unânime. Penso que é um instrumento fundamental para aquilo que vai ser a política habitacional no concelho, nos próximos anos. Relativamente à questão, penso que o Presidente da Assembleia já esclareceu as outras duas questões, mas poderei passar a palavra a uma das nossas técnicas da ação social, que podem esclarecer essa questão do VPT, de uma forma mais técnica."-----

Técnica da Ação Social - Fátima Matos: "Relativamente ao VPT é de facto como o senhor Presidente da Assembleia acabou por dizer, tem a ver com o valor patrimonial e está definido na caderneta predial. Foi calculada a renda máxima que pode ser aplicada e a Câmara decidiu que as rendas fossem reduzidas quinze por cento, do valor da renda máxima. Os cálculos que foram feitos foram para as habitações que estavam disponíveis na altura, por exemplo, temos um T2 no Pátio, cujo valor patrimonial é de sessenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e nove euros, a este cálculo introduz-se um



fator que anualmente é publicado em Diário da República e a renda que pode ser aplicada, por exemplo, neste imóvel é de trezentos e sessenta e sete euros e setenta cêntimos. Aquilo que foi opção da Câmara, foi que fosse aplicado menos quinze por cento, o que significa que um T2 no Páteo vai ser posto a concurso com uma renda de duzentos e cinquenta euros e cinco cêntimos. Isto em relação aos alojamentos, relativamente aos documentos que o deputado questionou, é tal e qual como disse o senhor Presidente da Assembleia, decorre da lei e daquilo que tem vindo a ser os últimos programas do IHRU e das novas políticas de habitação.”-----

Pedro Coelho: “Agradeço o esclarecimento e fico a conhecer, mas não deixo de dizer, para uma boa redação do normativo há um artigo dedicado às definições, as fórmulas normalmente estão identificadas, quando em siglas na sua tradução e esta não está. Não há remissão para nenhuma lei geral habilitante, julgo que essa questão, para melhor clarificação de todo o cidadão deveria estar aqui inscrita. Mas, a questão relevante é começar por elogiar todo o regulamento, não coloquei qualquer crítica, no que referi, quanto à qualidade do mesmo e ao impacto positivo que o mesmo vai gerar. Concordo inteiramente e acho que é um bom instrumento. O que eu perguntei é, que este instrumento vai se aplicar em que universo? Isso é determinante, porque foi dado o exemplo do Páteo, que é um apartamento, mas se calhar é só esse. Se calhar está outro noutro sítio qualquer, serão três? Quatro? Cinco? Dez? Quinze? Vinte? Se calhar não são mais que vinte ou trinta. Nesta comparação de vinte ou trinta, provavelmente até já estou a pecar por excesso, não posso trazer outra vez ao debate, por isso há pouco quando fiz a questão da avaliação do mercado de habitação, que sempre foi uma dificuldade e por isso quando fiz a questão dos quinze anos foi para retomar um período de dois mil e cinco, onde havia o problema, muito semelhante que está a acontecer em dois mil e vinte, que eram elevados preços no mercado de habitação, uma referência que nessa altura estava em elaboração o PUCA. O PUCA levou o seu tempo, foi aprovado no final do mandato em dois mil e treze, por ventura, com alguns lapsos na sua elaboração, nessa pressa, ficou com uma dificuldade de aplicação significativa. Em dois mil e dezassete, foi novamente aprovado, em final de mandato e esta questão, para mim, só é de todo relevante porque temos vindo a assistir em várias Assembleias, porque o PUCA prevê unidades operativas de planeamento e gestão, isso são quatro, com habitações a custos controlados. Como tenho vindo a perguntar, insistentemente e não tinha esse número na cabeça, fui



procurar no PUCA o valor. O valor são trezentos e quarenta fogos de habitação a custos controlados. É isto que o programa, que o Plano de Urbanização em vigor prevê. Trezentos e quarenta fogos de habitação a custos controlados, e eles não aparecem. Quero fazer essa referência e acho que é de todo necessário que esse plano comece a ser executado na sua plenitude e que, como e bem, a Vice-Presidente referiu esta questão é determinante, este tipo de habitações. Acho que não há estigma nenhum, neste tipo de habitações e se os promotores estão com algum estigma neste tipo de habitações, se calhar tem que se fazer maíos promocionais de divulgação, comparando até com Lisboa, como já foi dado o exemplo da Vice-Presidente, onde em Lisboa há muita gente com bons rendimentos, com rendimentos médios a viver em habitações de custo controlados. Não me parece que aquela questão que já foi aqui afluada, de algum estigma de habitação social a custos controlados seja um critério ou um motivo significativo para não levar à sua execução."-----

Presidente da Câmara: "Existe unidades operativas que têm precisamente esses polos, uma delas é aquela que está ao cimo da pista, que era do Montechoro e tem alguns fogos nesse campo. Existe algumas reticências, às vezes é mais a questão do nome que se lhe chama do que propriamente outra coisa. Tem que se desmistificar essa situação, estou inteiramente de acordo que isso aconteça."-----

Vice-Presidente: "Não digo que discordarei daquilo que o Pedro acabou de dizer, mas estamos a falar de coisas diferentes. Habitação a custos controlados significa que a Câmara disponibiliza os terrenos, alguém os constrói e vende. Aliás esse foi o último projeto no âmbito de habitação social, que foi feito em Albufeira, em Ferreiras, onde posso dizer que acabaram por sobrar três fogos, que acabaram por ser adquiridos pelo município, se não me engano em dois mil e dezoito. Na minha ótica, leva-nos a pensar que pode ser uma solução, mas que não me parece que seja isso que a população procura, porque senão não teriam sobrado fogos dessa habitação a custos controlados. Porque a habitação a custos controlados obriga a que a pessoa tenha crédito no banco, nós sabemos que em Albufeira, quem trabalha no turismo é um trabalho, regra geral, sazonal, e a aquisição dessa possibilidade de garantia bancária, para aquisição de habitação própria nem sempre se consegue refletir na prática. Daí, não colocamos de parte essa possibilidade, pensamos que o caminho, pelo menos, a curto e médio prazo será através destes programas de renda convencionada, que são muito abaixo daquilo que são os custos do mercado de arrendamento privado e que irão permitir que as



famílias da classe média possam viver com tranquilidade e em condições dignas. Nesse sentido, estão a ser elaborados alguns projetos para construção de habitação, seja em Paderne, seja na freguesia de Albufeira e Ferreiras, depois na altura terá de ser tomada uma decisão, se todos os fogos irão para este programa, ou se irão para outro tipo de programa."-----

Pedro Coelho: "Não disse que um programa era igual a outro. Eles são complementares. Como não sei o valor, volto a dizer, o valor de número de apartamentos que vão ser colocados em arrendamento, por este programa, só quis contrapor dizendo que há um programa efetivo, ao nível do planeamento, que tem de ter a sua implementação determinada, que tem mais, com certeza, opções do que esse. Aí, permita-me discordar que há, com certeza, muitas pessoas de Albufeira, de classe média, com alguma dificuldade em adquirir habitações no concelho, vou ser mais específico, em Albufeira, e isso é visível pelo crescimento da freguesia do Senhor Presidente, com jovens que residiram sempre em Albufeira e agora estão a residir em Ferreiras, porque é impossível, encontrar habitações na cidade de Albufeira e estas habitações do Plano de Urbanização estão em Albufeira. Mas não querendo desfragmentar entre freguesias, essa questão aplica-se claramente ao universo dos quarenta mil residentes que temos no concelho. De certeza que, dos quarenta mil há famílias que têm dificuldade em adquirir casas no concelho."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Projeto de Alterações do Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Chamo a atenção para a necessidade de uma retificação. O ofício é o mesmo, todavia, no envio da proposta, quando vem as considerações refere "projeto de alteração do regulamento de publicidade do município de Albufeira" e depois na proposta, presumo que seja por erro, nós, Assembleia Municipal, não aprovamos projetos, aprovamos regulamentos aprovados na Câmara Municipal. Refere que "proponho que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar o projeto e que o mesmo seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal." O ofício faz referência expressa ao projeto de alterações do regulamento de publicidade, por isso nós tivemos de introduzir na epígrafe do ponto sexto, todavia, se nenhum membro da Assembleia vir inconveniente, aquilo que nós deliberaremos será exclusivamente as alterações do regulamento e não do projeto. Porque esse, o projeto foi à Câmara Municipal. Não quisemos desvirtuar o ofício da Câmara Municipal, portanto, não tivemos em tempo, possibilidade de remeter a alteração desta redação, uma vez que vinha da proposta da Câmara Municipal. Falei com o senhor Presidente da Câmara e com o senhor Vereador, portanto, se nós, Assembleia Municipal, deliberarmos as alterações, é efetivamente o que vem do ofício da Câmara Municipal. Alguém se opõe que corrigiremos a epígrafe do ponto e que votemos as alterações do regulamento e não o projeto de alteração?"-----
Foi aprovado por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar



Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos sete e dez e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)", ao Programa Operacional do Algarve - CRESC Algarve 2020, no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), com um investimento total de 3.620.052,36€; -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à abertura de Concurso Público internacional para a "concessão da rede de transportes urbanos de Albufeira (Rede Giro), com o preço base de 8.212.384,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Exatamente o que o senhor Presidente acabou de dizer, a discussão em conjunto e a votação em separado, até porque se trata de situações relativamente diferentes. Estamos perante uma situação que diz respeito a uma candidatura e portanto, a abertura do programa operacional, mas que tem a ver com o ponto dez. Este ponto dez é também uma proposta de abertura de concurso público internacional para a concessão da rede de transportes urbanos de Albufeira. No que diz respeito ao ponto dez, há toda uma série de critérios que nós entenderíamos que deveriam constar deste concurso, deste caderno de encargos. Entendemos, mais uma vez, que seria agora oportuno a inclusão desses mesmos critérios neste concurso. Por outro lado, também perceber a razão pelo qual estamos a falar de um concurso de oito milhões duzentos e doze mil e temos aqui a abertura para uma unidade urbana e sustentável de três milhões seiscentos e vinte mil. É esta a questão, ou seja, esta interação entre estas duas realidades que importaria aqui rever e verificar. Na



verdade, até quando do Plano de Mobilidade, discutimos aqui algumas questões, nomeadamente, uma questão que vem aqui no próprio concurso e que faz referência à ligação à estação ferroviária, nomeadamente aos comboios de longo curso, penso que é o termo que está utilizado. Isso, em termos jurídicos nomeadamente quer dizer que, neste caso concreto, a minha pergunta também aqui seria, se o entendimento é esse, se é o caso concreto só de comboios de longo curso, ou se esta ligação é também para os outros comboios, regionais e que façam outros tipos de ligações, que não necessariamente os de longo curso. Para além disto, haveria e haverá toda uma série de circunstâncias entre as quais, uma questão que colocaremos no final, que entendemos ser de particular importância e que gostaríamos de ver esclarecidas. Eu passaria ao Pedro, se o senhor Presidente me der a possibilidade de passar a palavra, e o Pedro esclarecerá alguns dos critérios que entendemos que seriam fundamentais incluir nesta proposta de concurso público internacional.”-----

Pedro Coelho: “Estamos na presença, pela primeira vez, do caderno de encargos. Sem prejuízo de termos tido uma sessão, que achei muito interessante, onde esta bancada esteve presente e o vereador Vitor Ferraz também na nossa parte presente, com os técnicos, com os consultores, com o Presidente, os Presidentes de Juntas e outras pessoas que na altura estavam na sala. Quero começar por aí, porque acho que foi uma boa abertura para discutir esse processo. Mas essa sessão não foi uma sessão para discutir o caderno de encargos, foi para discutir as bases do caderno de encargos, foi feita uma apresentação, onde tinham alguns elementos, já concretos da rede e houve muita discussão sobre a rede de serviços, isto é, as linhas e depois algumas questões base que iriam ser trabalhadas. Sobre essa matéria, houve muita interação nessa sessão, deve ter demorado umas duas horas e depois houve um parecer, da nossa parte, sugerindo algumas melhorias e ponderações e agora é que estamos a ver o trabalho dos consultores, dos serviços, na elaboração do mesmo. Se acolheram ou não, algumas das nossas sugestões, provavelmente algumas já poderiam vir tarde na condução dos trabalhos, outras não correspondiam à estratégia. Mas queria começar por dizer que, o nosso parecer à data e que foi entregue também aqui na Assembleia, tinha como grandes objetivos melhorar a qualidade do serviço prestado, melhorar a acessibilidade ao serviço, a acessibilidade física, económica e contribuir, efetivamente para uma descarbonização do concelho. De todas aquelas propostas, a ligação a Ferreiras, pelo setor nascente da cidade foi incorporada. A dita linha onze, que não



existia, passou a existir. E, congratulamos com exatamente essa alteração, julgo que é uma alteração que beneficia a cidade de toda a nascente, liga o Montechoro aos comboios e liga Ferreira à escola básica e secundária, é inequivocamente uma melhoria. A extensão a Patroves e à M526, uma melhoria também significativa que foi incorporada. Depois há um conjunto de outras questões que foram, de alguma forma incorporadas mas não de forma positiva, ficaram para critérios de majoração, o suporte de bicicletas, o bilhete eletrónico e informação em tempo real. Mas, nem tudo se pode considerar, mas há algumas questões, que visto o caderno de encargos na globalidade, que referir. Primeiro ponto, consideramos que esta concessão não é assim tão amiga das famílias, mas teremos oportunidade de discutir se não é e como é que se pode ainda tornar. Digo que não é porque não prevê a existência de um passe família. A questão do passe família não foi inscrita. O passe mensal, julgo que continua com um valor elevado, isto é, podemos não comparar com outros municípios, mas podemos comparar com o existente. Neste momento temos um passe mensal de dezoito euros e há uma proposta para vinte e nove ou trinta e sete, em função dos dois arcos que são criados, há aqui uma conceção diferente, julgo que melhor, mas de qualquer forma esta referência desta baliza de dezoito para vinte e nove, nos mínimos. Onze para dezassete no custo do passe sénior. Um vírgula quatro para um vírgula sete no bilhete de bordo. O aumento do bilhete pré comprado de quatro euros para seis vírgula seis de cinco viagens e de oito para treze nas dez viagens. E o aumento do cartão recarregável de três para seis. Isto é, a concessão vai onerar em mais as famílias em todos estes tarifários. Claro que esta é a proposta, o preço base, ele poderá recuar, mas, vamos ver, recuar até quanto. O que parece aqui é, que claramente os valores vão ser superiores no final. Segundo ponto, e aqui é uma questão que não deveria ser colocada à concorrência, devia ser uma questão, que é, a concessão não é nada amiga dos jovens, nem dos estudantes. Estou a querer dizer com isto que a concessão exclui os estudantes residentes no concelho, que frequentam estabelecimentos de ensino superior, ou escolas profissionais localizadas noutros concelhos. Não percebo esta opção de só considerar os estudantes residentes no concelho, com estabelecimentos no concelho. Parece claramente que há aqui uma franja que julgo que deveríamos acarinhar, de estudantes que prosseguem os seus estudos e vão para o ensino superior e estão excluídos desta concessão. Também não prevê um tarifário específico para os jovens sub vinte e três, sub trinta, como outros municípios têm. Mas o foco desta



concessão parece claramente que é o turista, isto é, os valores dos pacotes das viagens, e é criado esse pacote de três dias e cinco dias, subiu, com alguma expressão e nesse aspeto acho que sim, os turistas podem ser uma procura que falta ao serviço existente e para garantir a sustentabilidade da concessão. Mas aí também considero que há falhas algo significativas e algumas delas até fiquei com alguma surpresa, porque recordo-me da discussão que tivemos, o senhor Presidente também achou esta medida importante que era a questão da informação em tempo real. A informação em tempo real, isto é, como há as paragens, muitas delas em Lisboa, onde nós estamos parados e estamos a ver a contagem decrescente até o autocarro chegar à paragem, só está prevista em três paragens. Depois, há um critério de majoração, mas o critério de majoração fecha em dez paragens, isto é, a partir das dez paragens o concorrente tem nota máxima. Mas quantas paragens temos? Duzentas e dez paragens, quando o concorrente vai ter nota máxima a partir de dez paragens, parece que vai fazer onze ou doze paragens e tem nota máxima e fecha o investimento. Esta questão para os turistas é particularmente importante e se calhar já tivemos, muitos de nós, contactos nessas situações, tanto residentes como turistas. Vou falar dos turistas, que estão perto de uma praia, estão num determinado sítio e não sabem se vai passar algum transporte ou não, não conhecem bem o território, estão um bocadinho perdidos. Outra questão que aparece claramente na concessão é que não há uma estratégia para aumentar a procura. Esta questão da estratégia para aumentar a procura, onde os turistas são um público alvo decisivo, considero que é fácil de analisar e de concluir, por uma razão, é que Julho e Agosto têm menos cem mil passageiros., Isto é, não são os meses, como seria facilmente expectável, os meses de maior utilização, quando temos um maior número de turistas no nosso concelho. Estamos a falar de oito milhões de dormidas, no ano todo temos um vírgula um de milhões de passageiros ao longo do ano todo, mas neste pico de verão, não é o pico da afluência e acho que aí justifica alguma insustentabilidade do serviço. Neste aspeto não posso dizer, para que não sejam só críticas, porque há aqui pistas para melhorias, como já houve na posição anterior, posso dizer uma, porquê que o Giro em duas linhas que vai à Guia, não chega ao Zoomarine? Se estamos na Guia, o Zoomarine está ali a um quilómetro e o Zoomarine tem um número significativo de visitantes e não está incluído? Noutro aspeto que o Francisco já tocou há pouco, a questão da ligação à ferrovia. Não percebo



uma questão do, "nomeadamente para os serviços de longo curso", parece claramente estar a apontar que a ligação ao comboio será só feita para os serviços de longo curso, não percebo essa menção e também não percebo porque que não se suprime dentro de dois circuitos a chegar ao comboio, porquê que não se suprime paragens num dos circuitos em horários específicos para uma melhor interface com o comboio de forma rápida? Também não está previsto. Elimina o bilhete das vinte e quatro horas, é uma opção, passa ao bilhete de três dias e cinco dias. Em suma, ao nível do ambiente, esta falta de intermodalidade, este carácter vago dos espaços intermodais na articulação com os estacionamentos, diz que na concessão tem de fazer uma reunião. Fazer uma reunião pode não significar nada, não há articulação nenhuma com os estacionamentos. No estudo económico também está demonstrado que isto não vai ser um verdadeiro instrumento de descarbonização. Estamos a falar de um estudo económico, de projeções de procura de dois por cento, dois mil e vinte um, dois mil e vinte e dois, um por cento de vinte e três a vinte e cinco, zero virgula cinco por cento de acréscimo de procura, de vinte e seis a trinta. O que digo com isto é que, claramente não estamos a acreditar que o transporte público será uma solução sustentável para descarbonizar ao concelho e uma verdadeira ferramenta de mobilidade. Por fim, diria algo que já fizemos referência na anterior apresentação, que o caderno de encargos não especifica como é que será recebido o subsídio estatal, por exemplo do programa que está em curso, o programa de apoio à redução do tarifário o "PART", como é que esse "PART" se encaixa nesta concessão, ou se for efetuada uma linha adicional, como é que esses benefícios são trazidos para o município? Se é só por partes equitativas, tal como é referenciado na legislação geral. Outra questão que fica a dúvida, nesta concessão, é que ao conceder a estação central de camionagem, se os outros serviços de outras empresas que não vão ser a concessionária, se não serão demasiado onerados e isto não se poderá traduzir depois numa saída desses serviços da central de camionagem, é uma questão que julgo que podia ficar acautelada de alguma forma. Para finalizar, há uma dúvida na fórmula de avaliação das propostas, julgo que deverá se traduzir num lapso de impressão, de redação, mas não consigo concluir se é ou não, na existência de critérios para a rede de vendas, e se assim é isto tem de ficar esclarecido, porque neste fator do modelo de avaliação de propostas, não há critérios de ponderação. Em suma, julgo que há seis objetivos que a concessão pretende almejar, três dos quais são pouco desafiantes ou pouco ambiciosos, como é esta questão da



articulação com outros serviços rodoviários e ferroviários, a necessidade de aumento da procura, o estacionamento e a promoção dos modos suaves são três dos seis objetivos que a concessão pretende atingir e parece-me que com tudo o que acabei de referir estão pouco feridos."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Queria fazer uma pequena referência a estes contratos, na discussão sobre a mobilidade do concelho, a freguesia de Paderne várias vezes tem insistido que não é servida de transportes, tanto para a sede do concelho como para a ferrovia e outras situações. Sei que aqui não consta ainda nenhuma ligação a Paderne pelo Giro. Sei que é importante para o concelho este Giro, por isso não irei votar contra, mas com algum protesto por não estar aqui previsto uma melhoria das condições de transporte de todos os albufeirenses por igual, sinto que Paderne está um bocadinho esquecido nessa matéria. Queria fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara para que, tão breve quanto possível pudesse arranjar, com a nossa colaboração naturalmente, alguma solução que tornasse mais justa toda a mobilidade do concelho, incluindo a freguesia de Paderne, que está um pouco fora do litoral e agora com esta questão do Geoparque Algarvensis que está a ser lançado para a UNESCO, é um projeto, mas poderá vir a ser considerado pela UNESCO como um geoparque de nível mundial teria também alguma razão para que houvesse mais transportes que permitissem que mais turistas fossem a Paderne, desenvolvendo um pouco mais a nossa terra que, como sabem, não tem aquele valor que tem o litoral. De qualquer maneira, Paderne tem outras coisas boas: a gastronomia, a paisagem, uma série de coisas que, se o transporte lá chegar de uma maneira mais justa, mais igual a todos será também uma mais-valia para Albufeira, ter mais esta oferta turística, não só o litoral, como aqui é tanto falado, o sol e a praia, mas também a beleza do interior que também é importante para o nicho de mercado, que muitos turistas não vêm só a Albufeira por causa da praia e por causa do sol, também gostarão de conhecer o interior do nosso concelho. Era isso que queria dizer, deixar um apelo ao senhor Presidente da Câmara, para que tente olhar de outra maneira para este problema de Paderne que tem a ver com esta mobilidade de transportes, que sentimos que está um pouco esquecida. Aliás, como sabem, a Junta de Freguesia de Paderne tem um serviço de transporte dos locais, das localidades mais longe da sede da freguesia para a própria sede de freguesia, isso custa-nos bastante dinheiro, mas tem sido uma mais-valia para aquela gente, que se não fosse dessa maneira não conseguiam vir fazer as



suas compras, vir à junta, ao cemitério, enfim, essas coisas que conseguimos traduzir."-----

Adriano Ferrão: "Tenho estado aqui a ouvir atentamente todas as múltiplas críticas que foram aqui tecidas a este caderno de encargos, que está aqui para proposto para abertura de um concurso público internacional, realmente há quem queira ver o meio copo vazio, eu prefiro ver o meio copo cheio. Foi, realmente, com alguma alegria, que não conhecia na íntegra, antes de ler todo este processo, e fiquei admirado e contente até, de ver esta ampliação do número de linhas, o facto de estas linhas irem de encontro áquilo que oiço, de muitos utilizadores, convivo na escola e tenho muitos alunos que utilizam o Giro, é o seu transporte natural na cidade e que agora vêm serem mais servidos por esta ampliação. De modo que a mim parece-me que os Albufeirenses vão gostar desta ampliação, vão gostar destas linhas que estão aqui, vão-nos servir, embora que algumas críticas possam ser pertinentes, enfim que os preços praticados possam vir a ser ajustados, tendo em conta a idade ou o agregado, etc, mas no seu cúmulo estas onze linhas servem Albufeira como Albufeira nunca foi servida até então. Mais ainda, elas de algum modo vêm concluir uma vontade que existe no Algarve, que é suposto criar alguns interfaces entre os vários municípios, permitindo assim uma mobilidade não só do concelho de Albufeira, mas uma mobilidade algarvia, que nós sabemos que somos quatrocentos mil habitantes, que vivemos numa região que é no fim de contas uma população, que se formos para o país vizinho, é uma cidade média, que vive numa região extensa de duzentos quilómetros e que assim necessita de transportes mais adequados e que funcionem entre os municípios. Albufeira fica bem melhor servida do que estava e por isso continuo a entender que este é o lado do meio copo cheio e que vai agradar aos Albufeirenses."-----

Segunda Secretária: "Pegando nas palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, tenho uma questão a colocar referente a este plano de mobilidade, mais presentemente Paderne, sendo um contrato por dez anos, se eventualmente poderão ser feitas algumas alterações que contemplem também Paderne, durante estes dez anos. Porque são dez anos de contrato, eu acho que Paderne é merecedora, acho que toda a gente também considera isso. Paderne é merecedora de também ser contemplada com o Giro, tratando-se de uma aldeia cultural, merece alguma atenção de todos nós. Existe alguma desertificação da mesma e acho que o Giro seria, para nós que vivemos em Paderne, falo não só em nome pessoal,



mas também de todos os Padernenses e todos os fregueses, que seria bom ter uma atenção em relação a estes dez anos de contrato e que houvesse alguma alteração que pudesse Paderne ser contemplada com o Giro.”-----

Francisco Oliveira: “Senhor Presidente, de facto, as críticas ou sugestões que agora são feitas, têm como base um concurso, como disse a senhora segunda secretária, com um prazo de dez anos. Como disse o senhor deputado, e muito bem, e não discuto que este número de linhas e este serviço que agora vai ser proposto é melhor que o anterior. Também, só faltaria que fosse pior, mas não, melhor que o anterior e sem dúvida que tem grandes desenvolvimentos naquilo que diz respeito à área que é abrangida por este novo concurso. Mas a questão que se coloca, é exatamente esta, se nós hoje em dia já estamos a discutir algumas questões que entendemos que no momento presente já seriam necessárias, então imagine-se o que será daqui a cinco ou dez anos. Portanto, se temos um contrato, que vamos agora aprovar para ter como prazo dez anos, aos quais já faltam algumas medidas que entendemos serem de todo convenientes, naturalmente que essa circunstância poderá levar, como já muitas circunstâncias aqui o referimos, a que tenhamos, das duas uma, ou que rever o contrato a meio ou eventualmente resolver as questões de forma diferente, que é pagar um pouco mais ou acrescentar ou fazer um acréscimo ao contrato. Nessa perspetiva, era de todo conveniente que não se visse o dia de hoje, mas que se programasse em termos de previsão, daquilo que são dez anos. Mais, no que diz respeito a Paderne, temos que ter em atenção e todos nós nos empenhamos nisso, que há poucos anos Paderne foi considerada uma das aldeias tradicionais. E teve uma projeção por todo este Portugal fora, infelizmente não chegamos às finais, não tivemos efetivamente a coroação que assim entenderíamos que mereceríamos, mas a verdade é que Paderne é de facto uma das aldeias tradicionais. Não ter transportes e comunicações de forma a permitir que Paderne não desertifique mais do que aquilo que tem acontecido é realmente uma razão para se colocar esta situação em cima da mesa e entendemos ser conveniente. Não só pelas questões turísticas, pelas questões tradicionais, mas a verdade é que tem uma escola, poderia eventualmente ter mais alunos, poderia ter uma diversificação em termos de outras áreas que neste momento não tem. Por isso mesmo, ser realmente importante, Paderne não se ficar deslocada do resto do concelho. São tudo questões, que estamos neste momento a colocar, como disse o Pedro Coelho e muito bem, tivemos discussões sobre as propostas, sobre os



conceitos que deveriam vir no caderno de encargos, mas só agora é que nos é apresentado o caderno de encargos, que são cerca de duzentas páginas para nós discutirmos aqui e para colocarmos a questão. O que é que vamos dizer? Não estamos de acordo? Não, estamos de acordo, mas entendemos que podemos ir mais além, e é nesse sentido que propomos aqui as questões. O senhor deputado Adriano Ferrão disse muito bem, o copo está meio cheio, de facto, deveria estar cheio e não só meio, devia estar completamente cheio ou pelo menos, nos dias de hoje que correm, o copo devia estar cheio, porque daqui a cinco anos, sete ou oito anos teremos necessidade premente de resolver outro tipo de situações. Se por acaso temos e vamos ter intermodais, outro tipo de ligações que já se preveem, em termos regionais e que aqui neste concurso não estão abrangidas, é desde logo aqui uma limitação. Por isso, o nosso contributo e a nossa proposta nesse sentido. De facto, a ideia é servir os Albufeirenses, é que eles tenham as melhores condições e que se preveja que os planos de futuro possam, eventualmente, vir encadear com outros planos que estejam já a ser preparados."-----

Presidente da Câmara: "Evidentemente que a questão dos transportes no município de Albufeira e para fora de Albufeira não se esgota no Giro, nem pouco mais ou menos. Existe todo um conjunto de possibilidades de transportes, que é conhecido de todos e não é o Giro que vai resolver os problemas todos, de maneira nenhuma. Quanto a Paderne, como já tenho dito, embora não se enquadrando naquilo que é o funcionamento do Giro, com certeza que terá que ser visto de uma forma completamente à parte, para servir a população. Conheço bastante bem a aldeia de Paderne, não me custa nada fazer para que melhore a mobilidade daquelas pessoas. Isso fica prometido. Evidentemente que ao longo dos dez anos muita alteração irá, com certeza, acontecer, muitas coisas irão mudar. As fontes de energia poderão ser diferentes, poderá haver o incremento de autocarros elétricos, de autocarros movidos a hidrogénio, há de haver uma série de coisas que poderá fazer com que a qualquer momento o contrato se torne um contrato algo dinâmico, de acordo com as especificidades e as características do momento. O que fizemos para este caderno de encargos estar aqui agora, não é discussão, pelo que vejo na ordem de trabalhos é a repartição da despesa plurianual, é o que está aqui em discussão. O que veio a discussão nas reuniões que fizemos não foi o caderno de encargos, mas foi as linhas mestras, já com alguns pormenores, muitos deles foram contemplados pelas sugestões que aqui foram tidas e o objetivo era



mesmo esse. Evidentemente que não estará tudo devidamente contemplado, nem sempre é possível, tendo em conta a sustentabilidade da concessão e diversas outras questões. Relativamente à questão da informação em tempo real das paragens, o facto de haver só essas não significa, porém que ao longo do tempo não se vá negociando e não se vá negociando e introduzindo outras para melhorar, isso é apenas uma experiência, que nós não temos ainda nenhum histórico e não podemos fazer nenhuma avaliação de uma coisa que ainda não existiu, embora se conheça de outras zonas, de outras regiões, mas em Albufeira nunca houve, portanto será uma experiência nesse campo. O facto de ser um contrato de concessão de sensivelmente oito milhões e no ponto da candidatura estar três milhões é porque a candidatura tem de ser feita até ao final de Dezembro de dois mil e vinte e três, portanto, não apanha a concessão toda, daí a diferença entre oito milhões e três milhões. Estão ali as senhoras engenheiras que poderão esclarecer mais alguma coisa, relativamente à bilhética, ou às tarifas a cobrar. Há uma questão da avaliação das propostas, talvez um lapso que depois temos de ver."-----

Francisco Oliveira: "Antes de passar, já agora que vão esclarecer, era só uma questão que colocaria. Primeira questão era, relativamente aos critérios que já foram definidos e portanto poderão dar-nos aqui essa informação e a segunda era uma pergunta que faria ao senhor Presidente, porque o ponto dez diz, "Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da autorização de repartição de despesa, referente à abertura de concurso", portanto não se trata da aprovação do concurso nem do caderno de encargos. Estarei a esclarecer bem ou não? É porque se assim for, permite efetivamente algumas das sugestões que agora foram feitas poder, eventualmente, ser acolhidas, introduzidas ou não. Era só para esclarecer se, hoje e parece-me que tendo aqui o concurso, se estamos só perante a repartição de despesa ou se estamos na aprovação do caderno de encargos, portanto a uma aprovação definitiva, relativamente a estas situações, incluindo os tais critérios que eventualmente poderão estar a faltar."-----

Engenheira Suzana Gomes: "Em relação aos critérios, realmente houve um lapso, ou seja, o último apesar de não ter, porque eles passaram todos para cima, já está identificado, já foi corrigido e portanto, já irá assim para a plataforma. Foi ao fazer uma configuração que os critérios passaram todos para cima, eles estão todos no ponto abaixo. Em relação à última questão que fez, de ser para a aprovação só a repartição



de encargos ou não, a ideia que eu tinha ficado era que era para aprovação do caderno de encargos, porque sendo uma concessão carece da aprovação da Assembleia. As outras questões, mais técnicas, em relação ao tarifário, estamos a fazer uma comparação entre o tarifário que pretendemos implementar e o tarifário que neste momento existe no Giro, que não é alterado há cerca de dez anos. Se compararmos o tarifário do nosso Giro com o tarifário que é praticado em outros concelhos vemos que claramente é inferior na maior parte dos casos. Se compararmos o tarifário que vamos aplicar com o tarifário que neste momento a Eva aplica nos municipais ou nos intermunicipais, vemos que ele é inferior. O tarifário também foi uma das questões que nós tínhamos pretendido colocar como critério de análise, assim como os níveis de serviço, a possibilidade do próprio concorrente prever logo alterar níveis de serviço e foi uma das questões que a AMT, que como sabem este concurso tem de ter um parecer prévio vinculativo positivo, por parte da Autoridade de Mobilidade e Transportes. E foi uma das questões que a AMT levantou, porque eles consideram que ao estarmos a avaliar isto, vai obrigatoriamente aumentar a nossa compensação por obrigação de serviço público, ou seja, o investimento público, o investimento que nós temos de fazer e que temos de pagar ao concessionário e não consideram que isso seja coerente. Portanto, nós acabamos por ter que retirar esses critérios do caderno de encargos. Em relação ao tarifário, também temos a forma como chegamos a esses tarifários, também podemos disponibilizar. Estamos a falar de uma rede de Giro que vai integrar circuitos que neste momento são municipais, a questão que se falou, de ir ao Zoomarine, para além do Zoomarine ter transporte próprio, como todos sabemos, passam lá transportes intermunicipais. A rede que era municipal, foi a que nós integramos era a linha que ia do Terminal até Vale Verde, conseguimos estende-la até à Guia, porque se vai cruzar com a outra linha que também era municipal e que ia do terminal pela Galé à Guia, assim como a linha que ia para Olhos de Água, que era também uma linha nossa, municipal. As que forem intermunicipais já estão no âmbito da AMAL, portanto já foi concessionado, já houve o concurso, portanto não podemos concorrer, digamos assim, com essas linhas. Em relação à questão da linha onze, de fazer ligação só com os comboios intercidades, não, faz ligação com todos até porque ela tem uma frequência de cerca de vinte ou trinta em trinta minutos, portanto faz ligação com todos os comboios. Nós quando falamos no "nomeadamente", não queremos dizer que é só aquilo, queremos dizer "como por exemplo" aquela situação, não quer



dizer que sejam só aquelas. Em relação ao PART está previsto ter que ser aplicado, em caso de necessidade. O PART, como sabem é uma coisa que todos os anos é publicado, não sabemos o que é que vai ser publicado para o ano, ou para o outro, se vai desaparecer, se não vai desaparecer, se vai continuar, se vai ser diferente, portanto, a única coisa que podemos meter no concurso é dizer que tem de ser tido em conta, e poderá ser tido em conta. Em relação à concessão da Estação Central de Camionagem, obriga a que seja entregue um regulamento, que vai ser obrigatoriamente aprovado por nós, pela Câmara, portanto nós é que acabamos por decidir se o regulamento que é apresentado pelo concessionário faz sentido ou não, se queremos implementar mais alguma coisa, se queremos que haja uma abertura para que todos possam parar ou não, portanto, acaba por ficar muito do nosso lado, não é uma coisa que vamos concessionar e agora o concessionário faz o que quiser do terminal, não é bem assim, porque vai ter que ter um regulamento aprovado por nós, e para além disso, saiu legislação em Setembro de dois mil e dezanove, relativamente a isso, precisamente para que todo o tipo de empresas possam, só mesmo em caso em que não seja possível é que não param nos terminais, tem que ser muito bem justificado, portanto, para não haver essa questão do terminal é de um concessionário e agora não deixam que parem os outros. Em relação à questão de Paderne, acho que já foi respondido, a AMAL já fez um estudo de transportes flexíveis que inclui a nível regional e Paderne é um dos que está incluído, portanto a intenção é fazer esses transportes através desse transporte flexível, é um procedimento à parte do Giro, mas que não deixa de ter em atenção todas as necessidades da zona. A questão de prever em dez anos, não sei se percebi a questão, tinha a ver com achar que os dez anos eram excessivos?"-----

Francisco Oliveira: "Não, a ideia era, algumas das medidas que nós propomos e que achamos que neste momento já seriam necessárias e que não estão incluídas, com um prazo dilatado de dez anos, naturalmente que vão ser agudizadas. Portanto, a ideia era, tentar incluir algumas dessas medidas, no sentido de que, daqui a quatro, cinco, seis, sete anos não tenhamos que, eventualmente, rever esta posição ou alterar as circunstâncias relacionadas com o próprio concurso. Portanto, o prazo dos dez anos não nos preocupa, o que nos preocupa é a previsão ou o planeamento do mesmo e a não, eventual inclusão de medidas que podiam, eventualmente, daqui a uns quantos anos serem necessárias, ou serão necessárias, sem dúvida alguma serem implementadas."-----



Engenheira Suzana Gomes: "Em relação aos dez anos, está previsto no procedimento poderem fazer-se alterações, por negociação entre as partes, ao longo destes dez anos. Sejam elas o prolongamento de alguma linha, seja a alteração de alguma linha, até porque nós neste momento não temos dados exatos de procura. Temos dados de estudos que fizemos, de inquéritos que fizemos, porque o concurso anterior era de dois mil e quarto. Portanto, isso não estava previsto, portanto, ao longo da concessão que com os dados que se dispõe seja necessário alterar algum percurso, fazer algum tipo de ajustamento, prolongar, o que quer que seja e tudo isso é possível, por acordo entre as partes."-----

Francisco Oliveira: "Por acordo entre as partes. E a questão que se coloca é, se for solicitado ou se for efetivamente permitido pelo concessionário. Portanto se não for, estamos sempre na iminência de ter de levar o contrato até ao fim nestes termos, é esta a questão. Ou seja, não há uma regra que, face à alteração das circunstâncias, o concessionário tenha que eventualmente, não diria obrigado, mas compelido a tomar uma decisão no sentido de alterar essas circunstâncias, ou seja, só por acordo das partes, naturalmente que a Câmara Municipal, quem concede, vai estar sujeita à vontade do outro para que haja acordo das partes. É essa a questão. Outra das questões, o artigo trinta, número três, penso eu, não me quero enganar, do regulamento dos transportes, que faz referência à repartição da equidade de benefícios que possam vir a ocorrer. A minha questão é só esta, havendo no decurso do contrato benefícios que eventualmente o Governo ou a Câmara Municipal, ou determinada entidade entenda, por via do PART, ou por via de outros, conceder, se esses benefícios estão incluídos naquela disposição, ou se o PART, eventualmente, tiver alterações que venham beneficiar os utentes, se o concessionário terá também essa repartição ou ao direito à repartição em termos de equidade. Porque o que diz a lei, de facto, é que caso haja alterações e alterações que venham beneficiar o concessionário terá a possibilidade de ter benefícios em termos de equidade com o autor da concessão. A questão é que parece-me, não sei, também estamos a discutir o assunto agora, que tudo o que sejam subsídios públicos, naturalmente não podem ser repartidos com os privados, portanto nessas circunstâncias parece-me que não poderia ser assim, mas lá está, estamos aqui a conversar e a discutir e também não tenho a certeza absoluta mas, naturalmente, se a Câmara Municipal vai contribuir, subsidiar determinados espaços ou determinado tipo de pessoas ou de níveis, para que paguem



menos, ou que por qualquer razão sejam subsidiados, esse subsídio ou esse benefício não deve ser, na minha perspetiva, repartido com o concessionário. Quem diz isto diz as alterações do PART, diz toda uma série de outras alterações que possam eventualmente trazer benefícios. O próprio artigo faz referência dizendo que havendo pagamento por serviço público, esses montantes são deduzidos nesse pagamento do serviço público. Portanto, a minha questão, se puder responder e se souber, eu sinceramente não lhe consigo dar também uma resposta, porque não estudei o assunto, mas a ideia com que fico ou que me parece ser razoável é que, havendo um subsídio público ele não pode ser repartido com o privado ou com o particular.”-----

Engenheira Suzana Gomes: “Isso é uma questão muito jurídica, que também não lhe sei dar a certeza. Mas, parece-me, da forma como está a pensar faz sentido, ou seja, no caso do PART existe um financiamento, que é específico para a redução do tarifário que as pessoas pagam, portanto o concessionário, neste caso do PART, do que tínhamos da AMAL, ele recebe esse valor para que não cobre, ou seja para ele não ficar prejudicado. Portanto, ele acaba por receber o mesmo e quem beneficia desse valor é o munícipe, que vai pagar menos. Portanto, não há para além disso qualquer outro benefício. Penso que será assim, mas isso é uma questão muito jurídica que podemos tentar saber com toda a certeza e depois responder com mais clareza.”-----

Presidente da Assembleia: “Antes de mais, convém esclarecer aqui dois pontos, duas questões que foram levantadas pelo deputado Francisco Oliveira, a saber se estávamos a discutir a repartição ou se estávamos a discutir a aprovação. Inequivocamente, estamos a discutir a repartição. No ponto sete porque o que vem da Câmara Municipal é precisamente a autorização prévia prevista na alínea c) do número um do artigo sexto da lei oito de dois mil e doze, que é a questão da repartição da despesa. No ponto dez, que efetivamente agora se estava a centrar a discussão, se os senhores deputados forem à folha décima, passo a ler *“foi deliberado aprovar as peças do processo, determinar a abertura do procedimento e proceder à designação dos elementos componentes do júri, solicitando para evolução do processo a necessária autorização por parte da digníssima Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco e também do número seis do artigo vinte e dois do decreto-lei número cento e noventa e sete de noventa e nove”*, que quer dizer que só após nós aprovarmos a repartição de despesa é que vamos entrar na discussão concreta daquilo que é o caderno de encargos, o que será o concurso propriamente



dito. Não quero tirar a palavra a ninguém, mas estamos a extravasar aquilo que é o ponto de discussão de autorização, estamos a entrar na concretização daquilo que virá à Assembleia Municipal mais tarde, serve, é da discussão que se faz luz, mas a luz acaba-nos às vinte e duas e trinta. Portanto, faltam-nos cinco minutos, depois teremos de deliberar a continuação dos trabalhos, ou suspender para amanhã à mesma hora. Sem retirar qualquer intervenção ou conteúdo das mesmas, encarecidamente solicitava que nos concentrássemos naquilo que está em discussão, que é a repartição das despesas, para que possamos também discutir os outros pontos. No demais, e fica já o aviso, os senhores membros da Assembleia Municipal que queiram esclarecimentos adicionais, as senhoras engenheiras sofrerão a inaudita pena de nos aturar, numa reunião que se considere para o efeito, para que depois se possam entrincheirar das posições pessoais e eu, sem discriminar as opções técnicas, discriminar também as opções políticas, porque há questões que se misturaram aqui pelo meio, para aligeirar.”-

DELIBERAÇÃO DA CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS:-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: dois (02) Renato Pimenta e Vera Belchior-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Foi aprovado por maioria a continuidade dos trabalhos.-----

Francisco Oliveira: "Muito rápido, na sequência daquilo que a senhora engenheira disse, tendo em consideração que os critérios e nós reparamos que aqueles critérios não estavam em condições, quisemos alertar por uma razão muito simples, porque na eventualidade de aprovarmos aquilo o concurso caía, uma vez que os critérios em si ficariam completamente desorganizados e portanto, se mesmo com os critérios em condições as impugnações são mais que muitas, neste caso, seria esta a circunstância. Uma vez que estamos perante esta situação e que o caderno de encargos vai ter que voltar atrás para ser reorganizado, nessa altura então, discutiríamos as questões de



fundo e aqui, única e exclusivamente discutiríamos o assunto relacionado com a repartição de despesas."-----

Pedro Coelho: "Queria refletir o que o Francisco disse, a oportunidade que temos, que está criada, para melhorarmos o caderno de encargos. Há questões que foram aqui discutidas, que são de simples inclusão, com o impacto económico muito baixo na concessão e que não conflitua com o parecer do IMT, isto é, significa que não há qualquer retrocesso processual nesta aprovação e acho que deve ser de todo considerado para ter uma melhor concessão, no horizonte de dez anos, como o Francisco há pouco referia, há desafios que podem já ser inscritos. Esses desafios inscritos, nessa ótica de melhoria do caderno de encargos, até favorece claramente o município, na candidatura que estamos a aprovar. Porque o ponto sete é uma candidatura."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, não querendo interromper, são todos ainda, no âmbito da conclusão da candidatura, é necessária a autorização para a repartição da despesa. É que nem sequer estamos a falar ainda na conclusão da candidatura."-----

Pedro Coelho: "Ainda bem que está a esclarecer, mas estou a aproveitar um esclarecimento adicional. Nos critérios de seleção da candidatura há questões de inovação que tem a ver com os painéis de informação, onde é referido uma palavra como o maior número possível de paragens, e como vimos os valores são muito mais restritos no caderno de encargos, acho que há que aproximar estes dois documentos, para que a candidatura seja mais forte e seja ganhadora. E há a questão da intermodalidade, e interdição aos modos suaves, que está pouco referida, há uma parte em que não é referida, que a concessão não interfere nestes critérios e pode claramente interferir, pode claramente pontuar como favorável há candidatura. Se esta candidatura for viável e considero que seja, mas se for ganhadora estaremos aqui a financiar cinquenta por cento de obrigação de serviço público, durante três, quatro anos, até dois mil e vinte e três, salvo erro. Isto são quatrocentos mil euros ao ano que estamos a financiar, é um número significativo, mas o que considero que esta questão tem de ser abordada é que, neste momento estamos a financiar apenas, e termino assim, o investimento que o município está a fazer em transportes públicos apenas é de oitocentos mil euros ao ano. Há pouco ouvimos que a passagem de ano custa oitocentos mil euros. Só para frisar que este investimento é bom, está no bom caminho, mas não é



assim tão significativo e por isso a questão das reduções tarifárias, do subsídio aos passes de família têm encontro neste jogo orçamental que o município pode fazer.”-----

Presidente da Assembleia: “Senhores deputados estamos a tocar uma hora de discussão destes dois pontos, que obviamente extravasa a diligência dos trabalhos, atenta à importância do assunto também, mas, como disse, uma hora para discutir a aprovação da repartição da despesa, não do conteúdo, parece-nos aqui que já foram rebatidas as questões, se não houvesse mais nenhuma intervenção pertinente quanto à repartição de despesa, passaríamos à votação.”-----

Francisco Oliveira: “Só um reparo que queria fazer, é nestes momentos que nós temos possibilidade de discutir ou pelo menos apresentar algumas propostas. Não queremos alongar, agora, eu fico um pouco aborrecido quando vejo que as pessoas quando se pretende discutir um documento desta envergadura, ficam muito angustiadas pelo facto de nós estarmos, pelos vistos aqui a perder tempo. Não estamos a perder tempo, estamos a discutir e a tentar ganhar tempo. Percebo que o senhor Presidente refere e muito bem que não estamos a discutir o conteúdo do documento, mas a ideia é que cada vez que temos oportunidade de falar sobre ele e de discutir ou de falar sobre essas questões, que eventualmente até tendo em consideração que estão presentes as pessoas encarregues ou responsáveis por estas matérias, oiçam as nossas sugestões e possam eventualmente inclui-las. É essa a ideia, portanto, com isto termino e passaremos então à votação.”-----

Presidente da Assembleia: “Passemos à votação depois de eu lhe dar a resposta, porque não é verdade o que acaba de dizer. Não estamos a retirar a importância da discussão do assunto, estamos é a centrarmo-nos no ponto que aqui nos trás, porque e a demais as senhoras engenheiras estão á nossa disposição, dentro da função que exercem nesta Câmara Municipal e ao serviço da Assembleia Municipal, desde que qualquer membro, ou grupo da Assembleia Municipal decida solicitar reuniões de trabalho, que não tem de ser na Assembleia Municipal, para autorização da despesa. Faz-me lembrar alguns pontos em que estamos a discutir, no momento que estamos a colocar o bilhete a jogo e já estamos a discutir o resultado e ainda nem sequer entramos no estádio. Estamos a discutir a aprovação da despesa para a conclusão do procedimento. Se o procedimento não for aprovado, as ideias ficam e muito bem, essa não é o cerceamento da mesa à liberdade dos senhores deputados, mas é à liberdade de funcionamento das instituições. O senhor deputado tão bem habituado está a estas



regras mais ríspidas, ou mais rigorosas na Assembleia da República, aqui também temos que ter alguma, para que todos nós possamos em tempo útil trabalhar. E o trabalho era tão simples, autorização da repartição, falamos sobre todas as considerações. Temos tempo até á elaboração do caderno de encargos para cá vir, para, se assim os membros da Assembleia o desejarem, fazerem as propostas diretamente ao executivo, solicitar esclarecimento aos técnicos que estão a trabalhar nesta matéria, para que depois a proposta da Câmara absorva ou não aquilo que foram os apontamentos, venha enriquecida para a Assembleia. Mas estarmos a discutir aquilo que ainda não é assunto, porque é apenas uma visão de candidatura, é só isto, nós nem sabemos qual é o documento final. O Pedro falou quase durante vinte minutos na sua intervenção, não lhe cortei a palavra em momento algum, vinte minutos na sua intervenção. A sorte disto é isto estar gravado e podemos ver os tempos todos, o senhor falou vinte minutos e não lhe cortei a palavra. Depois de uma hora de discussão, é normal que se faça um ponto de ordem quando extravasamos inclusivamente a hora de funcionamento. Não estou a cortar a palavra a ninguém, não sancionei ninguém, fez-se apenas um ponto de ordem para nós sermos minimamente objetivos àquilo que nos trás. Extravasamos o ponto, acho que a discussão está tomada, os esclarecimentos aos pontos foram prestados, não há mais esclarecimentos quanto a esta matéria, portanto, tecer um comentário negativo aquele que foi feito um ponto de ordem, obviamente nós, mesa, também não gostamos, ou pelo menos eu, com a direção dos trabalhos e faço isto, porque volto a dizer, que quem não está habituado ou quem nos está a ver, se alguém diz uma consideração e depois não leva a resposta para arrumar o assunto, parece que isto não tem regras. Tem regras, não cumprimos as regras, está no regimento, estão lá os períodos de intervenção, estão lá os períodos de discussão de cada ponto, nunca será nem será, enquanto eu fizer parte da Assembleia Municipal, será ponto de ordem cortar a palavra a quem quer que seja, mas convínhamos, a pergunta é se há intervenções relevantes para o ponto? Se acharem que o é, ou que o são, sim senhora, se não, passamos à votação e passamos para o ponto seguinte. Quando os cadernos de encargos vierem, aí peçam a marcação de uma Assembleia exclusiva para isto e nós fazemos. Uma Assembleia pra esclarecimento do ponto, nós fazemos. Até houve uma crítica de um munícipe que perguntou se a Assembleia Municipal estava de férias, portanto demoramos vinte e nove dias a marcar uma Assembleia, temos tempo para marcar Assembleias Municipais, pontos de



esclarecimento, comissões específicas, que têm regimento para isto, fazemos. Não se retira a palavra, apenas, com alguma contenção, chega-se aqui. Foi só isso que fiz, para aligeirarmos o assunto. Para, entre aquilo que são respostas técnicas e aquilo que são respostas políticas, a senhora engenheira está apta a responder a algumas, a outras recebe instruções. O senhor Presidente é que terá essa capacidade de resposta, até para não a colocar numa situação desagradável, de estar a responder politicamente a opções que foram do executivo e não da parte técnica, porque também não sabemos quais são as instruções que recebeu. Posto isto, se não houver mais intervenções sobre o ponto sete e ponto dez vamos passar à votação.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO SETE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de



21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Requalificação da Avenida Sá Carneiro", ao Programa Operacional do Algarve - CRESC Algarve 2020, no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) com um investimento total de 4.683.548,87€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Isabela Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Implementação de Sistemas de Encaminhamento e Gestão de Veículos para Parques de Estacionamento", ao Programa Operacional do Algarve - CRESC Algarve 2020, no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16 - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) com um investimento total de 50.111,50€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Senhor Presidente, para ser sintético e colocarmos para a questão seguinte, quando o ponto chegar, então gostaria de obter esclarecimentos da localização desses painéis e como já foi muito aqui discutido o ponto anterior à claramente uma ligação entre este ponto e o ponto da concessão e da outra candidatura e se forem incluídos alguns dos aspetos, não vou mencionar para não



alongar-me mais, que foram aqui amplamente referidos, vão incidir sobre os critérios de seleção desta candidatura e mais uma vez vão valorizar a mesma".-----

Presidente da Câmara: "Este ponto não tem nada a ver com a concessão, absolutamente nada. Tem a ver com os parques de estacionamento existentes, saber os lugares livres ou ocupados nos parques de estacionamento. Portanto não tem a ver com a concessão, portanto é nesse sentido". -----

Pedro Coelho: "Se analisarmos os critérios de seleção, que são os critérios que todos nós devemos ter atenção na informação da candidatura que por ventura pode sair vencedora, vamos então verificar que há no ponto sete, contributo para a integração tarifária para a informação de ocupação do transporte público coletivo de passageiros. Informação aos passageiros e integração tarifária. Integração entre o transporte público e o estacionamento. Critério sete, página dezassete, dezanove. Estes são os dois aspetos que podem ser amplamente valorizados nesta ligação entre os dois procedimentos". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Isabela Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo BE sobre "Instalação de bebedouros de água pública"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro lê proposta de recomendação. (Doc. n.º2 anexo a esta ata)-----



Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, nós concordamos inteiramente com esta recomendação, só que entendemos que de facto a sequência desta recomendação que tem critérios ambientais muito restritos e muito objetivos. Gostaríamos de propor ao Bloco de Esquerda uma pequena alteração. É que naturalmente os bebedouros públicos já existente e novos bebedouros devem também ter algum controle porque o consumo de água também deveria ser controlado e nesse aspeto a proposta que fazíamos era que no ponto onde se refere que os bebedouros já existentes e se instale novos bebedouros com medidor de caudal no concelho em causa. Portanto haver aqui uma indicação no sentido de também limitarmos o consumo de água ou eventualmente o desperdício que eventualmente possa vir a acontecer e portanto há formas e à método de que hoje em dia se possa regular esse mesmo caudal e haver formas de medir nesse sentido e portanto aí fechávamos o ciclo em termos da questão ambiental, não só pela questão das garrafas mas também pelo não consumo exagerado ou de desperdício de água."-----

Miguel Pinheiro: "Só para esclarecer, um medidor de caudal ou seja uma torneira automática, de fecho automático. Um contador". -----

Presidente da Assembleia: "Miguel Pinheiro tem uma proposta para saber se aceita a inclusão".-----

Miguel Pinheiro: "Qual é o contador? E iria servir para fazer-se uma contagem de água que é consumida". -----

Pedro Coelho: "Medidor de caudal é exatamente para medir. É um contador de água como temos em casa para medir o consumo de água, para que esta questão seja usada de forma parciliosa mas acima de tudo que o Município tenha conhecimento dos consumos de água principalmente no período de seca que estamos a travessar ou de uma gestão racional da água e a entidade gestora, o Município tem de ter conhecimento dos gastos de água. Quanto à questão da torneira, julgo que um bebedouro tem aqui um sistema eficiente e inteligente, mas é uma torneira temporizada, é o normal dos bebedouros mas se houver outra sugestão, pode ser uma torneira de pé. O Miguel que faça a apresentação da proposta".-----

Adriano Ferrão: " Era só para adiantar que a bancada do PSD também está de acordo com o que está aqui recomendado. Pois que, nos parece que a preocupação é geral, uma preocupação que nós temos não só de servir a população mas também uma preocupação ambientalista e também temos que ter realmente o controlo sobre aquilo que pode ser



abuso destes dispositivos para outros fins que não aqueles que são designados. Porque nós somos do tempo, alguns de nós somos do tempo em que havia uma proliferação destes lugares públicos de bebedouros que era normalíssima nos jardins. Todos nós com certeza bebemos água nesses sítios e que depois vieram a desaparecer. Vieram a desaparecer por vandalismos, por outras razões e depois lembro-me muito bem que junto às praias eles eram mais utilizados para lavar a areia dos pés do que propriamente para beber água. Há que ter em um certo controlo sobre isto para que haja alguma regularização do consumo da água e que não seja assim desperdiçada".-----

Presidente da Assembleia: "Há uma proposta de alteração da recomendação, presumo que depois fosse uma proposta conjunta. O Miguel Pinheiro mantém a proposta? Altera a proposta?"-----

Miguel Pinheiro: "Se é um ponto tão fraturante, aceito a proposta".-----

Presidente da Assembleia: "Então o número um passaria a ter que redação?"-----

Francisco Oliveira: "Portanto passaria a ter a seguinte redação: "Para os bebedouros públicos já existentes e então novos bebedouros com medidor e temporizador de caudal no concelho em lugares de grande afluência". Portanto é, acrescentar a seguir a bebedouros, com medidor e temporizador de caudal".-----

Adriano Ferrão: "Também não vejo aqui nenhuma vantagem em estar aqui, em definir aqui os espaços onde poderão ser, pois os serviços camarários com certeza sabem perfeitamente onde é que isto será mais possível, quer em termos de logística da própria rede quer os pontos onde há maior afluência de população. Não sei o que é que serão as zonas turísticas".-----

Presidente da Assembleia: "Miguel, se não for isto corrigir-me-á, mas creio que aqui, como é uma indicação aberta, será exemplificativa para depois os serviços e a Câmara concretize. Porque isto é uma questão de intenção e depois será em prol da informação dos serviços e tudo mais onde poderá ser. Já tivemos aqui uma proposta destas, do Francisco Guerreiro em que se apontou para um bebedouro na Fonte de Paderne, portanto será algo deste género para que depois a Câmara possa servir. Não será em concreto mas nomeadamente, será isto".-----

Francisco Oliveira: "Diria designadamente. Mas de qualquer das maneiras isto é uma recomendação. É uma recomendação e que sendo uma recomendação portanto não há definição de contrato".-----



Presidente da Assembleia: O subscritor está ali, pedi para me corrigir. Portanto, há não, mas agora como é conjunta também já pode corrigir como é subscritor e é o preponente da proposta". -----

Miguel Pinheiro: "Deduzo que sim, que a Câmara saiba melhor as áreas onde deve instalar bebedouros públicos". -----

Presidente da Assembleia: "Exatamente. Será nomeada e designadamente". -----

Presidente da Câmara: "Só que fico com duvida se é o modelo *designadamente* se é o *nomeadamente*". -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, eu vou-lhe explicar. Em termos jurídicos *designadamente* é diferente de *nomeadamente*. E *designadamente* quer dizer "entre outros", *nomeadamente* quer dizer "só naqueles". A ideia seria *designadamente*, entre os quais". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Isabela Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

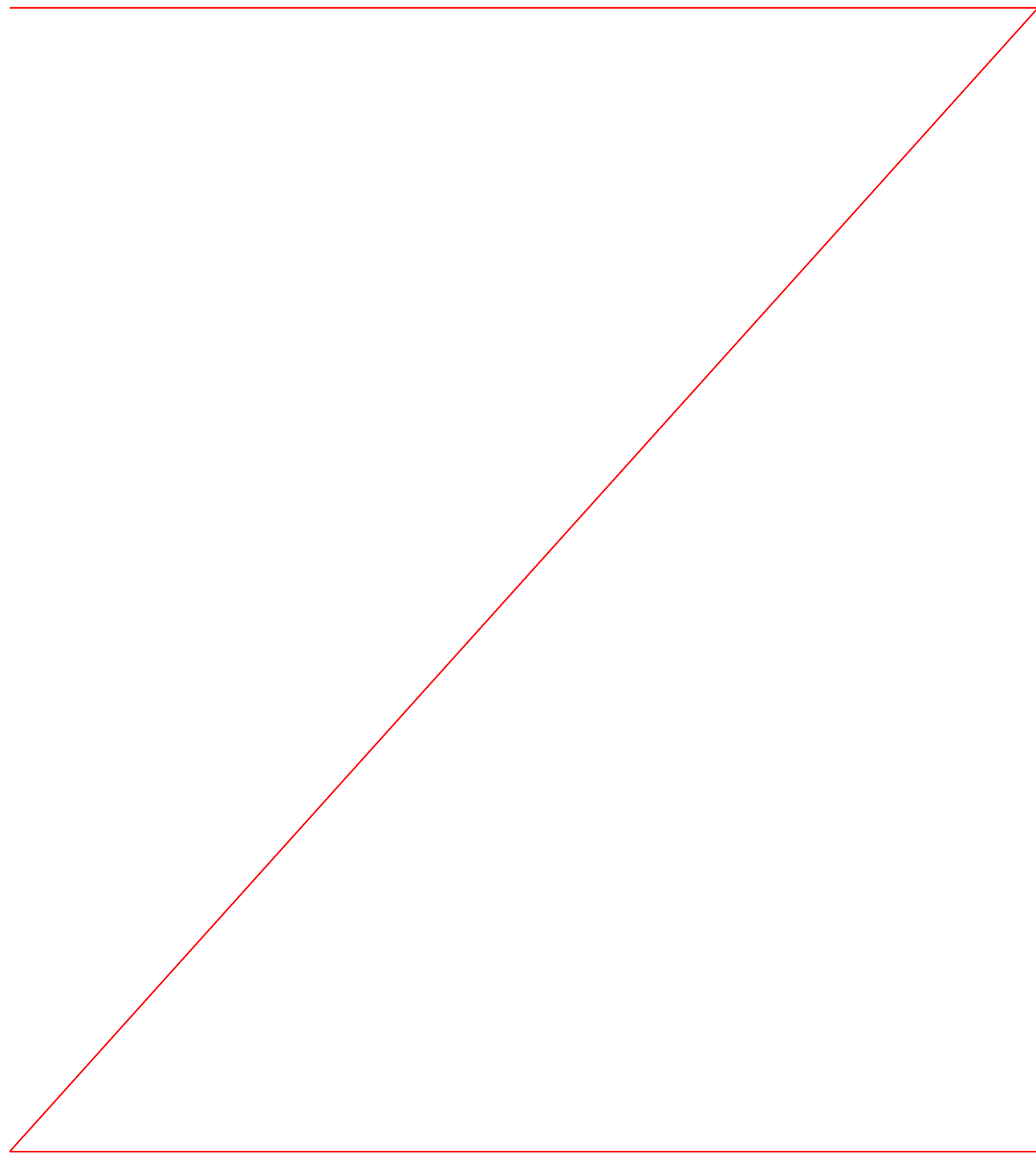
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Janeiro de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Doc. n.º 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

O Município de Albufeira, os Albufeirenses, e em particular a Assembleia Municipal de Albufeira vem manifestar de forma expressa e sentida a partida do pretérito Comandante dos Bombeiros Voluntários de Albufeira o Senhor José Manuel Batista dos Santos.

Um Homem que muito deu de si a Albufeira como Comandante dos BV Albufeira bem como no exercício de funções em cargos públicos quer na Junta de Freguesia de Albufeira quer como Membro da Assembleia Municipal (1982/1986).

Um Homem de bons e exemplares princípios do qual uma terra se pode orgulhosamente chamar "seu".

Um senhor na Política, no trato e acima de tudo um humanista, um indiscreto defensor de Albufeira.

Sempre defendeu as suas ideias e ideais, mas sempre respeitou os demais.

É e sempre foi reconhecido e respeitado por todos, nos cargos que exerceu.

Orgulhosamente Albufeirense!

Deixa-nos em corpo, mas permanece a sua memória na vida e história de Albufeira, que também é a sua.

Em nome de toda a Assembleia Municipal de Albufeira e em meu nome pessoal, partilhamos o pesar da sua partida, e deixamos à sua Família, os mais sinceros pêsames.

Albufeira, 9 de Janeiro de 2020

O Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Paulo Alexandre Figueiredo Freitas



Recomendação

Instalação de bebedouros de água pública

Considerando que:

1. O plástico leva entre 200 a 400 anos a desaparecer;
2. Em 2016, foram vendidas 480 mil milhões de garrafas de água no mundo, sendo o plástico o maior poluente dos oceanos, em cerca de 90% da poluição marinha;
3. O custo duma garrafa de água é de aproximadamente 90% para a garrafa em si;
4. Os custos energéticos e ambientais associados à produção e transporte de garrafas de água são elevados (só para a produção de uma garrafa de água, estima-se o uso de 7 litros de água, sendo também importante sublinhar que é usado petróleo na sua produção e mais tarde no transporte);
5. Pelo mundo, surgem escândalos relacionados com a indústria da produção de água engarrafada (por exemplo, no Canadá a Nestlé criou situações de seca, devido ao consumo de água das suas fábricas de engarrafamento de água);
6. A Direcção-Geral da Saúde promove, pelo menos desde 2017, o acesso facilitado à água pública através de bebedouros, para promover o consumo de água em detrimento de bebidas menos saudáveis, como as bebidas açucaradas;
7. O comportamento dos cidadãos tem sido de cada vez mais utilizar recipientes reutilizáveis para transportar água;
8. A água da rede pública tem um alto nível de qualidade, tendo sido atribuído a Albufeira o "Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano".

A Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em 29 de de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º2, alíneas a) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que:

1. Repare os bebedouros públicos já existentes e instale novos bebedouros com medidor e temporizador de caudal, no concelho, em locais de grande afluência de pessoas, como praias, espaços da autarquia, jardins públicos, centro histórico e zonas turísticas;
2. Instale estações de enchimento de garrafas de água reutilizáveis no concelho.

O eleito pelo Bloco de Esquerda,
Miguel Pinheiro